

2022



Pela Defesa dos Direitos da Criança

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO



Instituto de Apoio à Criança



Instituto de Apoio à Criança

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2022

PELA DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA



APOIOS



Jorge Sampaio 1939-2021

**“Solidariedade não é facultativa,
é um dever”**



ÍNDICE

PREÂMBULO	09
MENSAGEM DA PRESIDENTE PARA 2022	11
NOTA PRÉVIA	13
1. INTRODUÇÃO	15
2. O INSTITUTO DE APOIO À CRIANÇA	19
2.1. A AÇÃO	21
2.2. METODOLOGIA	22
2.3. PARCERIAS	23
3. ESTRUTURA ORGÂNICA	29
3.1. ORGÃOS SOCIAIS QUADRIÊNIO 2021/2024	31
3.2. CONSELHO CONSULTIVO	32
4. MODELO DE INTERVENÇÃO	33
5. SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	37
6. ÁREAS TRANSVERSAIS	43
6.1. CONHECIMENTO E FORMAÇÃO	47
6.2. COOPERAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL	49
6.3. MARKETING, COMUNICAÇÃO & PROJETOS	53
7. SERVIÇOS INTERVENIENTES	57
7.1. ACTIVIDADE LÚDICA	61
7.2. HUMANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO À CRIANÇA	65
7.3. POLO DE COIMBRA	69
7.4. PROJECTO RUA “EM FAMÍLIA PARA CRESCER”	75
7.4.1. CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO JUVENIL	77
7.4.2. CENTRO DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	81
7.4.3. CENTRO DE APOIO COMUNITÁRIO	85
7.5. SOS-CRIANÇA	89
7.5.1. LINHAS SOS-CRIANÇA	91
7.5.2. ATENDIMENTO PERSONALIZADO	95
7.5.3. INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCATIVA	97
7.6. SERVIÇO JURÍDICO	99
8. PROJETOS	103
8.1. CONSCIOUS PARENT ACADEMY – REPLACEMENT PARENT URGENTLY NEEDED!	107
8.2. + DANÇA PARA CRESCER	109
8.3. EDUCA (CON)DADO	111
8.4. ESCOLA DE SEGUNDA OPORTUNIDADE – EDUCAR E FORMAR PARA INSERIR – LISBOA	113
8.5. GERAÇÕES ONLINE – MEDIAÇÃO JUVENIL	115
8.6. IAC – INVESTIR, ATUALIZAR, CAPACITAR	117
8.7. JUSTICE YOUTHOPIA	119
8.8. LUZ VERDE À CRIANÇA	121
8.9. PROGRAMA PROINFÂNCIA	123
8.10. RADAR	125
9. ORÇAMENTO PARA 2022	127
10. ATAS	143
10.1. CONSELHO FISCAL	145
10.2. ASSEMBLEIA GERAL	147
GLOSSÁRIO	153

PREÂMBULO

“[...] Os Direitos da Criança representam um combate fundamental do nosso tempo. Vítimas indefesas de condições sociais que não escolheram, quer na saúde, quer na educação, as crianças sofrem primeiro as consequências materiais e, depois, as afetivas. Se isto é mais flagrante nas sociedades menos desenvolvidas, também o é, de forma mais encapotada, nas outras que deveriam, com mais força, combater estas exclusões. Uma das urgências do presente é a luta contra as violências de que as crianças são vítimas.

A violação frequente dos Direitos da Criança deve inquietar, questionar e responsabilizar todos os cidadãos. Se todos devem contribuir para que a Criança viva com mais dignidade, com mais responsabilidade, ainda, as instituições de solidariedade devem lutar para que os seus Direitos sejam uma realidade no dia-a-dia.

[...] Todos somos moral e socialmente responsáveis pelos que se encontram mais “frágeis” e necessitam do nosso apoio. Não é apenas o Estado que tem obrigações. Numa sociedade civil, participativa, empenhada, viva e com alma, todos temos as nossas responsabilidades. A qualidade de vida para todos, compatível com a dignidade da pessoa, será uma realidade quando soubermos desenvolver a capacidade de cuidar do outro. O cuidar dos outros é a antítese da competição e o seu fortalecimento implica uma mudança de mentalidades, considerando a população enquanto

peças, não apenas enquanto números, como tantas vezes acontece[...].

Defendemos sempre a participação activa e generalizada da comunidade, tendo em vista a necessidade da existência de políticas integradas[...].

Um pouco como Sebastião da Gama defendeu: “É preciso cumprir o nosso destino de não ficarmos parados”. É isto que procuramos no Instituto de Apoio à Criança[...].

Para quem trabalha com Crianças em risco (e todos os sectores de trabalho do Instituto o fazem, quer no Atendimento Jurídico, quer com a Criança de Rua, no SOS-Criança, na Humanização do Atendimento à Criança, na Mediação Escolar ...) é esta a realidade com que se defrontam e a que é preciso dar respostas. Respostas que, muitas vezes, ultrapassam a capacidade de intervenção, porque necessitariam de outras condições sociais. Trabalhar no “possível” é uma tarefa que exige humildade, algum conformismo, criatividade, coragem e muito amor pela Criança.

É preciso manter a esperança na capacidade de mudança e alegrarmo-nos com pequenas vitórias[...].”¹

Manuela Ramalho Eanes
Presidente Honorária

¹ 3.ª Edição do Guia dos Direitos da Criança

MENSAGEM DA PRESIDENTE PARA 2022

Mais um Plano de Actividades em que projectamos empenhar-nos em actividades exigentes. E mais uma vez estamos perante novas incertezas que poderão levar-nos a desafios que pensávamos ter deixado para trás. Todavia, como no ano passado, temos confiança na nossa acção e vamos ultrapassar as dificuldades.

Em todos os sectores, conseguiremos prosseguir, apesar de, até há bem pouco tempo, termos pensado que não regressaríamos a medidas restritivas decorrentes do agravamento da situação pandémica.

Creio que todas as actividades planeadas são coerentes, pois que se fundamentam na necessidade das crianças e jovens que apoiamos e são também resultado das nossas acções anteriores. As iniciativas que têm por base a prática e a partilha de experiências com os nossos parceiros são mais consistentes e, por isso, são geralmente bem sucedidas.

O segredo do êxito funda-se quer no facto de os projectos corresponderem às expectativas da comunidade e em particular das crianças e jovens e suas famílias, quer, obviamente, nas metodologias utilizadas pelas nossas equipas e são igualmente determinantes.

A empatia, a proximidade, a escuta activa e o acompanhamento personalizado são os alicerces que permitem ter a certeza do sucesso, mas claro que a colaboração com outras instituições parceiras, nacionais e internacionais, com as Universidades ou com as autarquias,

designadamente, são complementos muito relevantes.

Existem actividades cuja continuidade se revela essencial, como o Consultório Social, Psicológico e Jurídico que queremos reforçar, ou a Escola de Segunda Oportunidade com a acção Educar e Formar para Inserir, por exemplo, que nos orgulhamos de ter reintroduzido na cidade de Lisboa.

Mas, além do Direito à Educação, não podemos descurar a nossa acção no Sector da Humanização, principalmente na área da saúde que tem sido uma das bandeiras mais defendidas pelo IAC desde a sua fundação. O mesmo se diga sobre o Direito de brincar que desde sempre mereceu a nossa melhor atenção, sendo talvez estes os Direitos cuja importância se tornou ainda mais evidente durante a Pandemia.

Igualmente, as áreas do Conhecimento e da Formação, tornaram mais patente a sua indispensabilidade e por isso decidimos investir mais na informação e na formação interna que achámos dever partilhar através de webinars que foram muitíssimo concorridos em assistência e que iremos ainda reforçar, pela excelência dos conteúdos que permitem ajudar a fazer mais e melhor.

As nossas linhas telefónicas manterão o seu atendimento especializado com encaminhamento e, sempre que necessário, com acompanhamento psicológico e jurídico, através do Serviço SOS Criança e do Serviço Jurídico que

viram praticamente duplicar os apelos e os pedidos de intervenção.

Propomo-nos dar o nosso contributo na Comissão de acompanhamento da Estratégia Nacional para os Direitos da Criança e, bem assim, no Conselho Superior da Prochild-Colab e no Conselho Nacional da EAPN.

A nível internacional, manteremos a nossa acção nas Federações europeias, designadamente na Missing Children Europe, de que somos membros fundadores, e iremos privilegiar todos os esforços destinados a concretizar a Garantia Europeia para a Infância, considerando que foi durante a Presidência Portuguesa que essa medida foi aprovada pela Comissão Europeia e que o IAC é membro da task-force para o efeito constituída na Eurochild. Por outro lado, queremos voltar a investir em Projectos na área da Justiça, integrando o amplo movimento “Justiça amiga da Criança”, dando forma a iniciativas partilhadas como o Justice Youthopia que tem merecido reconhecimento pelos nossos Parceiros europeus.

Propomo-nos continuar o trabalho meritório que temos vindo a realizar, apostando no cumprimento dos nossos Protocolos de Cooperação, conferindo-lhes mais actualidade e eficácia.

A nossa Revista vai afirmar-se durante o próximo ano como um espaço de reflexão e de divulgação científica de referência na área da Criança.

O novo Sector do marketing prosseguirá também o seu papel de dar a conhecer a missão do

IAC e as suas múltiplas actividades.

Creio, ainda, que o Plano de Actividades para 2022 vai ser, ele próprio, mobilizador porque nele se prevêem iniciativas novas que exigem empenho, imaginação e sonho também.

Sei que as nossas equipas estão preparadas e motivadas e irão dedicar a sua melhor atenção e o seu esforço à concretização dos nossos objectivos de sempre, de contribuir para elevar o estatuto da Criança, para promover os seus direitos e defender a sua Dignidade.

A Direcção do IAC está também muito comprometida com o Plano e estamos seguros que todos os órgãos sociais a acompanham no propósito de o levar à prática.

Neste momento, em que no final do ano de 2021 já vislumbramos o Ano Novo, quero agradecer a todos quantos nos ajudaram e se propõem continuar a apoiar-nos em 2022 para executarmos os nossos projectos.

Um Obrigada muito especial a todos os membros do Conselho Consultivo que sempre se disponibilizaram para dar mais saber, mais credibilidade e mais audiência às nossas iniciativas que, pela enorme aceitação que tiveram, iremos replicar neste novo ano.

Contamos convosco, contamos com todos.

Bem hajam!

Dulce Rocha
Presidente da Direcção

NOTA PRÉVIA

Ninguém pode esquecer que a principal faceta da importância económica e social do Instituto de Apoio à Criança, enquanto IPSS, é a de providenciar bens e serviços de apoio social às pessoas que delas precisam e que não podem pagar por eles o preço que cubra o respetivo custo. O lucro do IAC é o de conseguir através da sua ação de capilaridade, maximizar o bem estar da comunidade.

Os Estados modernos devem dar prioridade absoluta e assegurar os direitos e garantias fundamentais das crianças enquanto sujeitos de direito. No entanto, os desafios que têm pela frente para a efetiva implementação da Convenção sobre os Direitos da Criança são muitas e de grande complexidade.

Apesar dos avanços, as desigualdades sociais continuam. Muitas crianças e jovens vivem na pobreza e são diariamente privadas de direitos fundamentais e confrontadas com cenários de guerra, de miséria, de violência, de exploração e de sobrevivência.

A Defesa dos Direitos da Criança beneficia de uma eficaz e plena cooperação entre os Estados e as Organizações da Sociedade Civil pois estas, pelas suas características, para além de serem essenciais na manutenção da democracia, têm especial eficácia na construção, implementação e avaliação das políticas públicas e das políticas de desenvolvimento que são, na verdade, políticas de Direitos Humanos.

Estas organizações, nomeadamente as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), como é o caso do Instituto de Apoio à Criança (IAC), desenvolvem diariamente um trabalho de proximidade junto das populações mais vulneráveis com o objetivo de respeitar os Direitos Humanos e de não deixar ninguém para trás!

A legitimidade democrática das IPSS é reconhecida constitucionalmente. Esse reconhecimento advém dos múltiplos serviços públicos que prestam à comunidade, serviços pelos quais devem ter, por parte do Estado, o apoio financeiro devido. Sem os meios financeiros suficientes e necessários nenhuma organização do terceiro setor e solidário consegue desempenhar as suas funções, num mundo em que a dignidade humana e os Direitos Humanos estão cada vez mais a necessitar de ser garantidos.

Manuel Coutinho
Secretário-Geral



1.

INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO

O Instituto de Apoio à Criança (IAC), Instituição de Superior Interesse Social que tem como objetivo a defesa e Promoção dos Direitos da Criança, desenvolve a sua ação em cooperação com organismos públicos e privados a nível nacional e internacional.

Diariamente, o IAC, através dos seus diferentes sectores, cuja atividades para 2022 estão resumidamente espelhadas neste Plano, pretende garantir e satisfazer as múltiplas e diferentes necessidades da Criança e do Jovem, nomeadamente as daquelas que vivem em situações de perigo, desaparecidas, de pobreza, de marginalidade, abuso, entre muitas outras.

Desde 1983 defendemos que é preciso quebrar o círculo de desigualdades para promover a inclusão; que a igualdade de oportunidades tem de ser garantida a todas as crianças e jovens; que têm de existir serviços gratuitos essenciais destinadas às crianças e que todas as crianças tem de lhes ter acesso.

Foi com base nesta premissa que o IAC criou nomeadamente o SOS-Criança, Serviço telefónico nacional, anónimo e confidencial, de Apoio às crianças e jovens, o Projeto das Crianças de Rua, a Humanização dos Serviços de Atendimento à Criança, o Serviço Jurídico, a Actividade Lúdica, a Escola Alfaiate e a Escola de 2ª Oportunidade e o Consultório Social que atende crianças que precisam de apoio Psicológico e Social.

Todos este projetos e serviços que o IAC oferece ainda hoje servem a criança de forma global e vão ao encontro das políticas públicas dos Direitos Humanos.

Neste sentido é sempre bom recordar que durante a Presidência Portuguesa da União Europeia, que ocorreu entre Janeiro e Junho de 2021, o Conselho Europeu da União Europeia aprovou, por unanimidade, a recomendação que estabelece a Garantia Europeia para a infância, que garante, tal como o IAC preconiza e operacionaliza desde o início, que todas as crianças em risco de pobreza ou exclusão social tenham acesso a um conjunto de serviços essenciais e gratuitos.

Temos de estar cientes que ninguém pode baixar os braços. É fundamental que se olhe a Criança como cidadão livre e igual em dignidade e direitos, sem nunca esquecer que são sempre as crianças as mais vulneráveis.

É uma responsabilidade coletiva proporcionar à Criança um mundo melhor sem esquecer que tem de ser assegurado o seu direito à participação, à expressão das suas ideias sobre os assuntos que lhe digam respeito, de acordo com a sua idade e maturidade.

A Direção do Instituto de Apoio à Criança reconhece e congratula-se com o empenho diário, rigoroso e dedicado de todos os que trabalham com e para o IAC pois todas norteiam a sua ação pela ética, transparência, competência, compromisso e respeito pela Criança.

É com agrado que a Direção submete à apreciação e aprovação da Assembleia Geral, o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2022.

Manuel Coutinho
Secretário-geral



2.

O INSTITUTO DE
APOIO À CRIANÇA

2.1. A AÇÃO

VISÃO

O Instituto de Apoio à Criança é uma Organização Não Governamental que desenvolve a sua ação em cooperação com organismos públicos e privados, a nível nacional e internacional, que visam a concretização dos Direitos da Criança.

MISSÃO

O Instituto de Apoio à Criança pretende contribuir para o Desenvolvimento Integral da Criança na Defesa e Promoção dos seus Direitos, sendo a Criança encarada na sua globalidade como sujeito de direitos nas diferentes áreas, designadamente na saúde, educação, justiça, segurança social ou nos seus tempos livres.

VALORES

O Instituto de Apoio à Criança norteia a sua ação pela ética, transparência, competência, rigor, compromisso e respeito pelos Direitos da Criança.

ESTRATÉGIA

No cumprimento dos seus objetivos estatutários, o IAC desenvolve múltiplas atividades e programas visando, para além de dar voz à Criança e obter novas respostas para os problemas da infância, defender os seus direitos perante a família, as instituições e a comunidade; realiza programas de informação e sensibilização; apoia e colabora em experiências inovadoras e investigações que visem o desenvolvimento global das crianças e jovens e a sua interação com o meio envolvente e promove estudos, seminários, colóquios, ações de formação e outras iniciativas que permitem o debate e a reflexão sobre os problemas da infância na sociedade atual.

RECONHECIMENTO PÚBLICO DA AÇÃO DESENVOLVIDA

Membro-Honorário da Ordem do Mérito | Presidente da República

Prémio Direitos Humanos | Assembleia da República

Medalha de Serviços Distintos Grau “Ouro” | Ministério da Saúde

Prémio dos Direitos Humanos Ângelo d’Almeida Ribeiro | Ordem dos Advogados

2.2. METODOLOGIA

- Investigação-ação na área dos Direitos da Criança;
- Escutar e dar voz às crianças, jovens e famílias;
- Estabelecimento de uma relação de proximidade com as crianças, jovens e famílias;
- Utilização de técnicas lúdico-pedagógicas;
- Participação e capacitação das crianças, jovens e famílias enquanto sujeitos ativos no seu processo de mudança;
- Intervenção preventiva em contexto escolar e comunitário;
- Educação em regime aberto;
- Intervenção em projetos de implementação e/ou acompanhamento de espaços lúdicos;
- Interdisciplinaridade nas equipas de trabalho;
- Transferibilidade de metodologias e práticas de intervenção;
- Promoção do trabalho em rede e em parceria com vista a uma intervenção integrada;
- Articulação e cooperação com entidades e serviços com competência em matéria de infância e juventude, a nível nacional e internacional;
- Mediação Interinstitucional;
- Avaliação contínua e participada;
- Pesquisa bibliográfica e documental e recolha de dados na área dos Direitos da Criança.

2.3. PARCERIAS

AÇÃO SOCIAL/SOLIDARIEDADE

Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
 Instituto da Segurança Social
 ProcChild CoLab Against Poverty and Social Exclusion - Association
 Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ)
 Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (Lisboa e Coimbra na modalidade alargada)
 Fundação D. Pedro IV
 ABRIGO – Ass. Portuguesa de Apoio à Criança
 Associação Cultural e de Educação Popular
 Associação para o Planeamento da Família
 Associação Quebrar o Silêncio
 Centros de Acolhimento Temporário (CAT)
 Centros Distritais de Segurança Social (CDSS)
 Inspeção para o Desenvolvimento e Inspeção das Condições do Trabalho (IDICT)
 Lares de Infância e Juventude (LIJ)
 Serviços de Acolhimento de Emergência (SAE)
 Linhas Telefónicas de Apoio
 Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML)
 Associação de Mulheres Contra a Violência (AMCV)
 Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV)
 Associação para o Estudo e Integração Psicossocial (AEIPS)
 Associação para a Promoção da Segurança Infantil (APSI)
 União Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR)
 Associação Portuguesa de Crianças Desaparecidas (APCD)
 Associação AMPLOS
 Cáritas Diocesana de Coimbra
 Cáritas Diocesana de Lisboa
 Casa Pia de Lisboa
 Conselho Português para os Refugiados
 Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa

Helplimages – ONGD
 Centro Doutor João dos Santos - Casa da Praia
 Fundação Bissaya Barreto
 Fundação Calouste Gulbenkian
 Fundação Manuel Violante
 Fundação Nossa Sra. Do Bom Sucesso
 Fórum sobre os Direitos das Crianças e Jovens
 ACEP - Associação Cultural e de Educação Popular
 Serviço Jesuíta aos Refugiados
 Rede Social de Lisboa
 Rede Social de Coimbra
 Rede Europeia Anti-Pobreza - Portugal (Núcleos de Lisboa e Coimbra)
 Rede de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico (RAPVT)
 Rede Regional do Centro de Apoio à Proteção a Vítimas de TSH
 Rede Regional de Lisboa e Vale do Tejo de Apoio à Proteção a Vítimas de TSH
 Associação para o Desenvolvimento Local de Base Comunitária de Lisboa (Rede DLBC -Lisboa)
 Comissões Sociais de Freguesia de Marvila (Eixo 4 - Infância, Juventude e Famílias), Penha de França (Grupo Infância e Juventude) e Santa Maria Maior - Município de Lisboa
 Comissão Sociais de Freguesia de Santo António dos Olivais e União de Freguesias de Coimbra - Município de Coimbra
 Miúdos Seguros na Net
 Associações Culturais e Recreativas
 Rádio Freguesia Belém
 Rádio Miúdos
 UNICEF
REDE CONSTRUIR JUNTOS
Polo de Coimbra
 IAC – Polo de Coimbra
 ADAV - Associação de Defesa e Apoio da Vida
 Associação Cultural Recreativa e Social de Samuel

Associação Integrar

ARCIL - Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã

Casa de Formação Cristã Rainha Santa

CASPAE - Centro de Apoio Social

Centro de Acolhimento Temporário do Loreto

Comunidade Juvenil S. Francisco de Assis

Fundação ADFP - Assistência, Desenvolvimento e Formação Profissional

Fundação Esperança Viva

LAHUC - Liga dos Amigos Hospitais da Universidade de Coimbra

Obra Padre Serra - Lar Girassol

Obra Padre Serra - Lar S. Martinho

Obra de Padre Serra - Casa da Criança de Santo António

Obra de Promoção Social do Distrito de Coimbra

PAJE – Plataforma de Apoio a Jovens Ex-Acolhidos

Santa Casa da Misericórdia de Coimbra - Colégio São Caetano

Sorriso - Associação dos Amigos do Ninho dos Pequenitos

APAV – Gabinete de Apoio à Vítima de Coimbra

Casa do Canto – CrescerSer

Polo de Lisboa

IAC - Projecto Rua - “Em Família para Crescer”

Ajuda de Mãe

APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

Associação Fénix – Desenvolvimento Comunitário e Saúde Mental

Associação Luís Pereira da Mota

Associação de Mulheres Contra a Violência

CARMOTECA - Centro Social e Paroquial de N.ª Sr.ª Do Carmo do Alto do Lumiar

Centro Social e Paroquial do Campo Grande

CECSSAC – Centro Cultural e Social de Santo António dos Cavaleiros

CESIS - Centro de Estudos para a Intervenção Social

Cooperativa - Pelo Sonho é que Vamos

Casa da Estrela

Polo de Aveiro

Centro Social e Paroquial de Recardães

Centro Social e Paroquial de Fonte de Angeão

Centro Social e Paroquial de Santa Eulália

Polo de Beja

Cáritas Diocesana de Beja

Associação de Paralisia Cerebral de Odemira

ART - Associação de Respostas Terapêuticas

Casa Maria Luísa - Novo Jardim de Infância Nossa Sr.ª da Piedade

Centro Infantil Coronel Sousa Tavares

Centro Paroquial e Social do Salvador

Centro Social Cultural e Recreativo do Bairro da Esperança

CERCIBEJA - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados

Fundação Manuel de Gerardo Sousa e Castro (Internato de Jovens Feminino)

Lar Jacinto Faleiro

Patronato de Santo António

Sementes de Vida - Associação de Apoio à Vítima

Polo de Braga

Centro Cultural e Social de Santo Adrião

APAC - Associação de Pais e Amigos da Criança

Associação de Moradores - Centro Social das Lameiras

Centro de Acolhimento Temporário Rebelo Duarte

Colégio de S. Caetano

Instituto Maria Imaculada

Mundos de Vida - Associação para a Educação e a Solidariedade

Oficinas de S. José

ASCRA - Ass., Social, Cultural e Recreativa da Apúlia

Lar D. Pedro V

Polo de Évora

Associação de Amigos da Criança e da Família - Chão dos Meninos

ADBES - Associação para o Desenvolvimento e Bem Estar da Cruz da Picada

Porta Mágica – Associação de Solidariedade Social

Associação Terras Dentro

Associação Terra Mãe

Centro Social e Paroquial do Alandroal

CERCIMOR - CERCI de Montemor-o-Novo

Fundação Asilo N.ª Senhora do Perpétuo Socorro

Lar de Betânia

Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa

Centro Infantil Coronel Sousa Tavares
 Patronato de St.º António
 Sementes de Vida – Associação de Apoio à Vida

Polo de Faro

CASLAS - Centro Assistência Social Lucinda Anino dos Santos

ADR - Associação Desportiva e Recreativa - Centro Cultural e Social Quinta de S. Pedro

APEXA - Associação da Pessoa Excepcional do Algarve

Casa da Criança do Rogil - Ass. para a Promoção Social, Cultural e Desportiva da Infância do Rogil

Casa Nossa Senhora da Conceição

NECI - Núcleo de Educação da Criança Inadaptada

Polo de Leiria

Agrupamento de Escolas da Marinha Grande Poente

Confraria de Nossa Senhora da Nazaré

Polo de Portalegre

CAFAP - Cruz Vermelha Portuguesa

CERCI Portalegre

Comissão de Melhoramentos do Concelho de Elvas

Comissão de Melhoramentos do Concelho de Sousel

Instituto das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus - Centro de Recuperação de Menores

Juventude da Cruz Vermelha Portuguesa

Lar de Infância e Juventude Especializado PraCachopos

Obra Social do Sagrado Coração de Maria

Santa Casa da Misericórdia de Portalegre

Polo de Porto

APDES - Agência Piaget para o Desenvolvimento

Aldeia de Crianças SOS de Gulpilhares

Polo de Viana do Castelo

CENSO - Centro Social, Cultural e Recreativo das Freguesias de Messagães, Valadares e Sá

Polo de Viseu

ArteNave Atelier

Polo dos Açores

Instituto de Apoio à Criança - Açores

APPJ - Associação de Promoção de Públicos Jovens em Risco

ARISCA - Associação de Reabilitação e Integração Sócio Cultural dos Açores

Associação Novo Dia - Associação de Apoio A Mulheres e Jovens Em Risco

Câmara Municipal de Ponta Delgada
 Casa do Povo de Vila Franca do Campo - CDIJ Mosaico

EDUCAÇÃO

Ministério da Educação

Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Agrupamentos de Escolas a nível nacional (ensino básico e secundário)

Associações de Pais

Associações de Professores

Centro de Investigação Media e Jornalismo

Direções de Serviço Regionais do M.E.

Escolas Profissionais

Inspeção-Geral da Educação (IGE)

Centro Internet Segura

Jardins de Infância (JI)

Serviço de Psicologia e Orientação (SPO)

Unidades de Educação Especial

GAAF – GABINETE DE APOIO AO ALUNO E À FAMÍLIA

Viana do Castelo

Agrupamento de Escolas Muralhas do Minho – Valença

Agrupamento de Escolas de Melgaço

Braga

Agrupamento de Escolas Cabeceiras de Basto

Agrupamento de Escolas das Taipas

Vila Real

Agrupamento de Escolas Morgado de Mateus

Porto

Agrupamento de Escolas Dr. Costa Matos - Vila Nova de Gaia

Aveiro

Escola Profissional da Agricultura e Desenvolvimento Rural de Vagos

Coimbra

Agrupamento de Escolas Pampilhosa da Serra – Escalada

Agrupamento de Escolas de Góis

Agrupamento de Escolas Miranda do Corvo

Agrupamento de Escolas Infante D. Pedro - Penela

Agrupamento de Escolas Coimbra Oeste - Coimbra

Leiria

Agrupamento de Escolas de Ansião
 Agrupamento de Escolas de Pombal
 Agrupamento de Escolas de Alvaiázere
 Agrupamento de Escolas Dr. Bissaya Barreto - Castanheira de Pêra
 Agrupamento de Escolas Figueiró dos Vinhos/Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos
 Agrupamento de Escolas Fernão do Pó - Bombarral

Santarém

Agrupamento de Escolas de Coruche
 Agrupamento de Escolas Dom Afonso Henriques

Portalegre

Agrupamento de Escolas de Ponte de Sor
 Escola Secundária de São Lourenço

Lisboa

Agrupamento de Escolas de Vialonga
 Agrupamento de Escolas Ruy Belo
 Agrupamento de Escolas Dom Dinis (Odivelas)
 Agrupamento de Escolas de Fernando Pessoa
 Agrupamento de Escolas Braamcamp Freire
 Agrupamento de Escolas Piscinas - Olivais

Setúbal

Agrupamento de Escolas da Baixa da Banheira, Vale da Amoreira, Moita
 Escola Secundária Padre António Macedo - Vila Nova de Santo André

Beja

Agrupamento de Escolas de Moura
 Escola Profissional de Moura – COMOIPREL

Faro

Agrupamento de Escolas Júlio Dantas
 Agrupamento de Escolas Pinheiro Rosa

ENSINO SUPERIOR

Escolas Superiores de Educação (Coimbra, Leiria e Setúbal)
 Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física (FCDEF)
 Faculdade de Motricidade Humana (FMH)
 Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (FPCE-UC)
 Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP)

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE)

Instituto Superior Miguel Torga (ISMT)

Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA)

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT)

Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa

CIEC-Instituto de Educação da Universidade do Minho
 Universidade Europeia

CENTROS DE FORMAÇÃO DE ESCOLAS

Centro de Formação de Escolas do Concelho de Cascais (Agrupamento de Escolas da Cidadela)

CENFORMAZ

Centro de Formação da Associação de Escolas do Mar ao Zêzere

Nova Ágora – Centro de Formação de Associação de Escolas

Centro de Formação da Associação de Escolas de Sintra

Centro de Formação da Associação de Escolas do Concelho da Amadora

Centro de Formação da Associação de Escolas de Calvet de Magalhães

Centro de Recursos e Formação do Concelho de Sesimbra

Centro de Formação da Associação de Escolas Novafoco

SAÚDE

Ministério da Saúde

Direção Geral da Saúde

Administração Regional de Saúde de Lisboa

Administração Regional de Saúde do Centro

Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra

Hospitais

Centros de Saúde

Departamentos de Pedopsiquiatria

Inspeção Geral dos Serviços de Saúde (IGSS)

Núcleo de Estudos do Suicídio (NES)

Saúde 24

Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD)

Sociedade Portuguesa de Pediatria (SPP)

Plataforma Saúde em Diálogo

JUSTIÇA

Ministério da Justiça
 Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP)
 Tribunais de Família e Menores
 Tribunais Judiciais
 Procuradoria-Geral da República
 Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP)
 Gabinetes de Mediação Familiar
 Coordenação Nacional para os Assuntos da Família (CNAF)
 Polícia Judiciária (PJ)

ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Child Helpline International (CHI)
 Eurochild
 Child Focus
 Secours Populaire Français
 Serviço Social Internacional (SSI)
 European Association for Children in Hospital (EACH)
 European Social Action Network (ESAN)
 International Centre for Missing & Exploited Children (ICMEC)
 International Forum for Child Welfare (IFCW)
 International Play Association (IPA)
 International Toy Library Association (ITLA)
 Missing Children Europe (MCE)
 Organização Internacional para as Migrações
 European Toy Libraries
 Task Force on Health Promotion for Children and Adolescents
 Amber Alert Europe
 Guido Fluri Foundation
 Associação para as Crianças Desfavorecidas (ACRIDES - Cabo Verde)
 Fundação Infância Feliz (Cabo Verde)
 Instituto de Apoio à Criança S. Tomé e Príncipe (STP)
 Rede da Criança (Angola)
 Instituto Cabo-verdiano da Criança e Adolescente (Cabo Verde-organismo público)
 Google
 Facebook

OUTROS ORGANISMOS

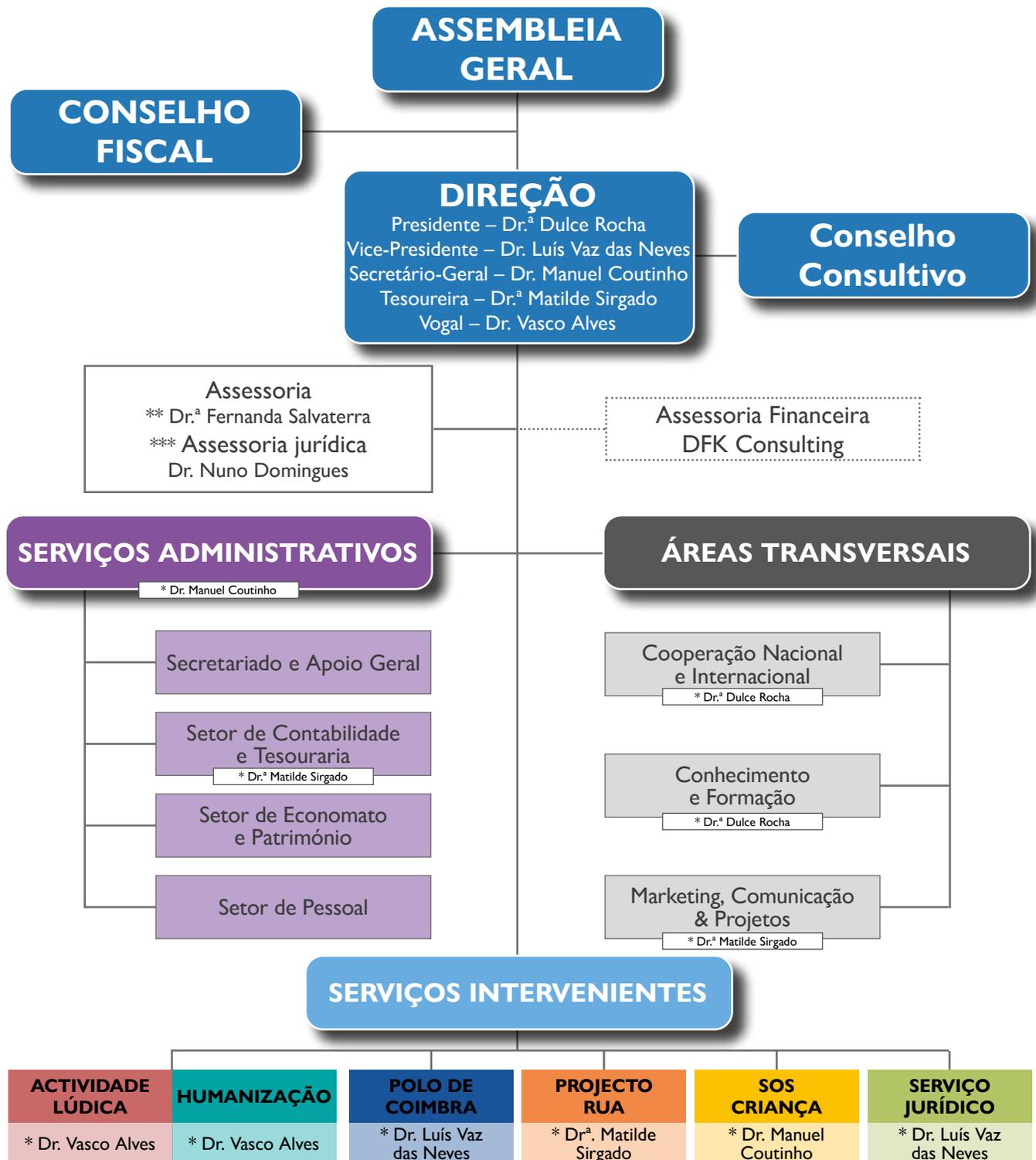
Ministério da Administração Interna
 Câmara Municipal de Lisboa
 Câmara Municipal do Porto
 Câmara Municipal de Cascais
 Câmara Municipal de Odivelas
 Câmara Municipal de Sintra
 Câmara Municipal de Torres Vedras
 Câmara Municipal de Loures
 Alto Comissariado para as Migrações (ACM) – Programa Escolhas
 Juntas de Freguesia (JF)
 Bombeiros
 Gabinetes de Coordenador de Segurança
 Guarda Nacional Republicana (GNR)
 Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)
 Polícia de Segurança Pública (PSP) - Escola Segura
 Observatório do Tráfico de Seres Humanos (OTSH)
 Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ)
 Comissão para a Igualdade de Género (CIG)
 Fundação Altice
 Rádio Televisão Portuguesa (RTP)
 Astrazeneca



3.

ESTRUTURA ORGÂNICA

ORGANOGRAMA



Legenda:



** Técnica Superior do ISS em regime de cedência de Interesse Público

*** Docente do Ministério de Educação destacado no IAC

3.1. ÓRGÃOS SOCIAIS QUADRIÉNIO 2021/2024

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente | Pedro Paulo Biscaia de Azeredo Perdigão

Vice-Presidente | Maria Clara Cabral Castilho

Secretário | Asdrúbal Guimarães Pimenta

Secretária | Maria Fernanda Amador da Silva Salvaterra

DIREÇÃO

Presidente | Maria Dulce Plancha dos Santos Ferreira da Rocha

Vice-Presidente | Luís Maria Vaz das Neves

Secretário-geral | Manuel José Ataíde Ferreira Coutinho

Tesoureira | Matilde de Jesus de Castro Esteves Sirgado

Vogal | Vasco Manuel Correia Alves

CONSELHO FISCAL

Presidente | José Joaquim Nogueira da Rocha

Secretário | Abílio Paulo dos Santos

Relatora | Melanie da Luz Viola Tavares

3.2. CONSELHO CONSULTIVO

Ana Jorge

Ana Nunes de Almeida

Armando Leandro

Carlos Neto

Cinelândia Cogumbreiro

Clara Sottomayor

Daniel Sampaio

Emílio Salgueiro

Guilherme D'Oliveira Martins

Hermano Carmo

José Ornelas

Laborinho Lúcio

Leonor Beleza

Manuel Sarmento

Maria de Belém Roseira

Maria José Lobo-Fernandes

Marta Santos Pais

Rui Pereira

Sérgio Niza

Teresa Féria



4.

MODELO DE
INTERVENÇÃO

4. MODELO DE INTERVENÇÃO





5.

SERVIÇOS
ADMINISTRATIVOS

5. SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

FINALIDADE / OBJETIVOS

SECRETARIADO E APOIO GERAL

Gestão administrativa

SETOR DE CONTABILIDADE E TESOURARIA

Gestão de contabilidade e tesouraria

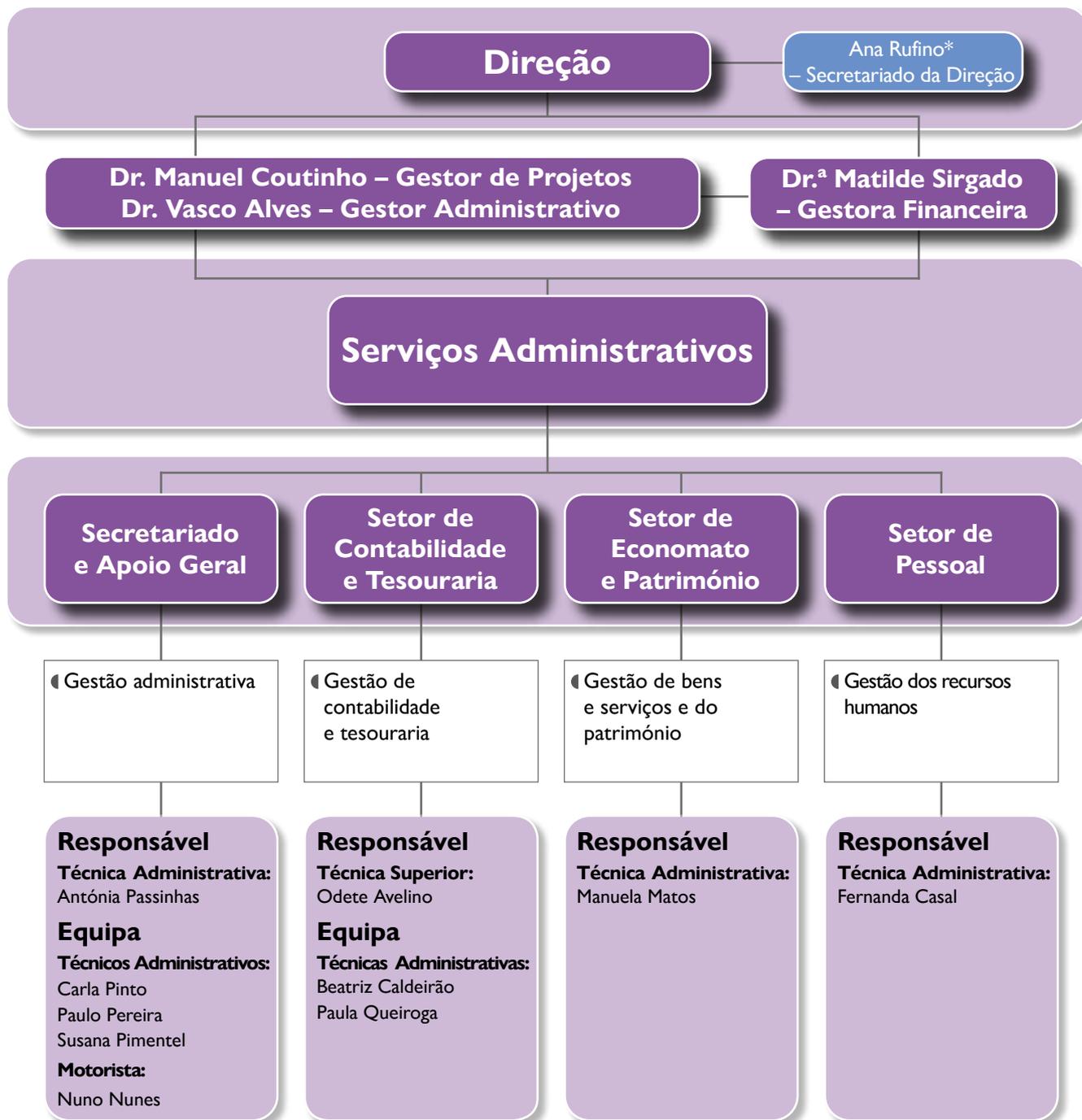
SETOR DE ECONOMATO E PATRIMÓNIO

Gestão de bens e serviços e do património

SETOR DE PESSOAL

Gestão dos recursos humanos

ORGANOGRAMA



* Assistente técnica do Ministério da Educação destacada no IAC

ATIVIDADES 2022

SECRETARIADO E APOIO GERAL

Assegurar a receção, classificação, registo e expedição de correspondência, garantindo a confidencialidade e integridade da informação

Assegurar as funções técnicas e administrativas dos Órgãos Sociais do IAC

Assegurar a classificação, registo e difusão de atos administrativos (Normativos, Ordinários e Enunciativos) emanados pela Direção do IAC

Registos e atualizações dos Órgãos de Gestão do IAC nos vários serviços da Administração Central do Estado

Uniformização, gestão e arquivo de Protocolos de Cooperação, Contratos e Acordos com várias entidades públicas e/ou privadas

Avaliação, classificação e arquivo da documentação que possui valor permanente e que nos termos da lei devem permanecer classificados

Gestão e manutenção da base de dados dos associados do IAC e sua quotização

Gestão e manutenção da base de dados do mailing lista personalizado

Apoio e gestão das quotas com as entidades nacionais e internacionais das quais o IAC é associado

Organização e preservação do arquivo patrimonial histórico da Instituição

Assegurar o serviço de atendimento geral, pessoal, telefónico e digital, dando resposta e o devido encaminhamento junto dos serviços do IAC

Assegurar a gestão da viatura do IAC

SETOR DE CONTABILIDADE E TESOURARIA

Proceder à organização da contabilidade do Instituto

Assegurar uma correta classificação, escrituração e arquivamento dos documentos contabilísticos

Efetuar e manter o controlo dos registos relativos à movimentação dos depósitos bancários

Assegurar o controlo sobre os fundos de maneiio tendo em conta as regras aplicáveis e as diretrizes da Direção

Controlar os movimentos da Tesouraria através da cobrança das receitas e da promoção do pagamento das despesas previamente autorizadas

Organizar e manter atualizado o ficheiro contabilístico do imobilizado da Instituição

Proporcionar a informação atualizada à Direção e aos responsáveis dos Projetos do IAC, designadamente através da apresentação de balancetes periódicos

Promover a elaboração do Orçamento Anual do Instituto a submeter à aprovação da Direção, agregando de forma coarente e sistemática num documento único as propostas dos responsáveis dos Projetos do IAC

Tratamento e processamento de toda a informação contabilística e fiscal a fim de promover o envio das conta anuais aos órgãos da tutela após sujeição a parecer do Conselho Fiscal e aprovação da Assembleia Geral

Registar e processar toda a informação contabilística para dar cumprimento de todas as obrigações fiscais

ATIVIDADES 2022

SETOR DE ECONOMATO E PATRIMÓNIO

Promover a aquisição de máquinas, equipamentos, mobiliário e outros objetos indispensáveis ao bom funcionamento dos serviços

Promover a celebração de contratos de fornecimento de energia, comunicações e equipamentos nos vários serviços

Supervisão e manutenção do parque informático do IAC e elo de ligação com os serviços técnicos contratualizados

Supervisão e manutenção dos equipamentos de segurança e emergência nos serviços do IAC

Organizar os processos de aquisição de bens ou serviços relativos à conservação e/ou reparação do edifício-sede e das instalações a cargo do IAC

Desencadear a introdução de melhorias na qualificação e segurança dos espaços do IAC quando se justificar

Promover a celebração dos contratos e demais ações relativas ao arrendamento das frações prediais indispensáveis ao funcionamento dos serviços do IAC

Estruturar e manter atualizado o inventário dos bens do IAC ou que a ele se encontrem afetos, em coordenação com o serviço da Contabilidade e acompanhar os processos relativos à administração das frações prediais pertencentes ao IAC

Promover a celebração de contratos de seguros de imóveis e viaturas do IAC ou à sua responsabilidade, mantendo-se atualizados em termos de espécie, de risco e de valores

SETOR DE PESSOAL

Executar as ações burocráticas relativas à constituição, modificação e extinção das relações jurídicas do trabalho

Organizar e manter atualizado o processo individual do pessoal que presta ou prestou serviço no IAC

Processar as remunerações e benefícios sociais a que o pessoal tenha direito e enviar a listagem de pagamentos ao Setor de Contabilidade

Elaborar e lançar os mapas oficiais às entidades competentes, como Segurança Social e Autoridade Tributária

Elaboração e envio do Relatório Único anual à ACT

Instruir e dar seguimento aos processos de alteração de horário de trabalho, suspensão de contrato de trabalho, acumulação de funções, deslocações em serviço, promoção de e outras situações previstas na legislação laboral e normativas do IAC

Gestão de assiduidade dos trabalhadores e colaboradores externos e o processamento de faltas, férias, licenças e outros motivos de ausência

Instruir e comunicar os procedimentos preventivos para a promoção da segurança e saúde no trabalho



6.

ÁREAS

TRANSVERSAIS

ÁREAS TRANSVERSAIS

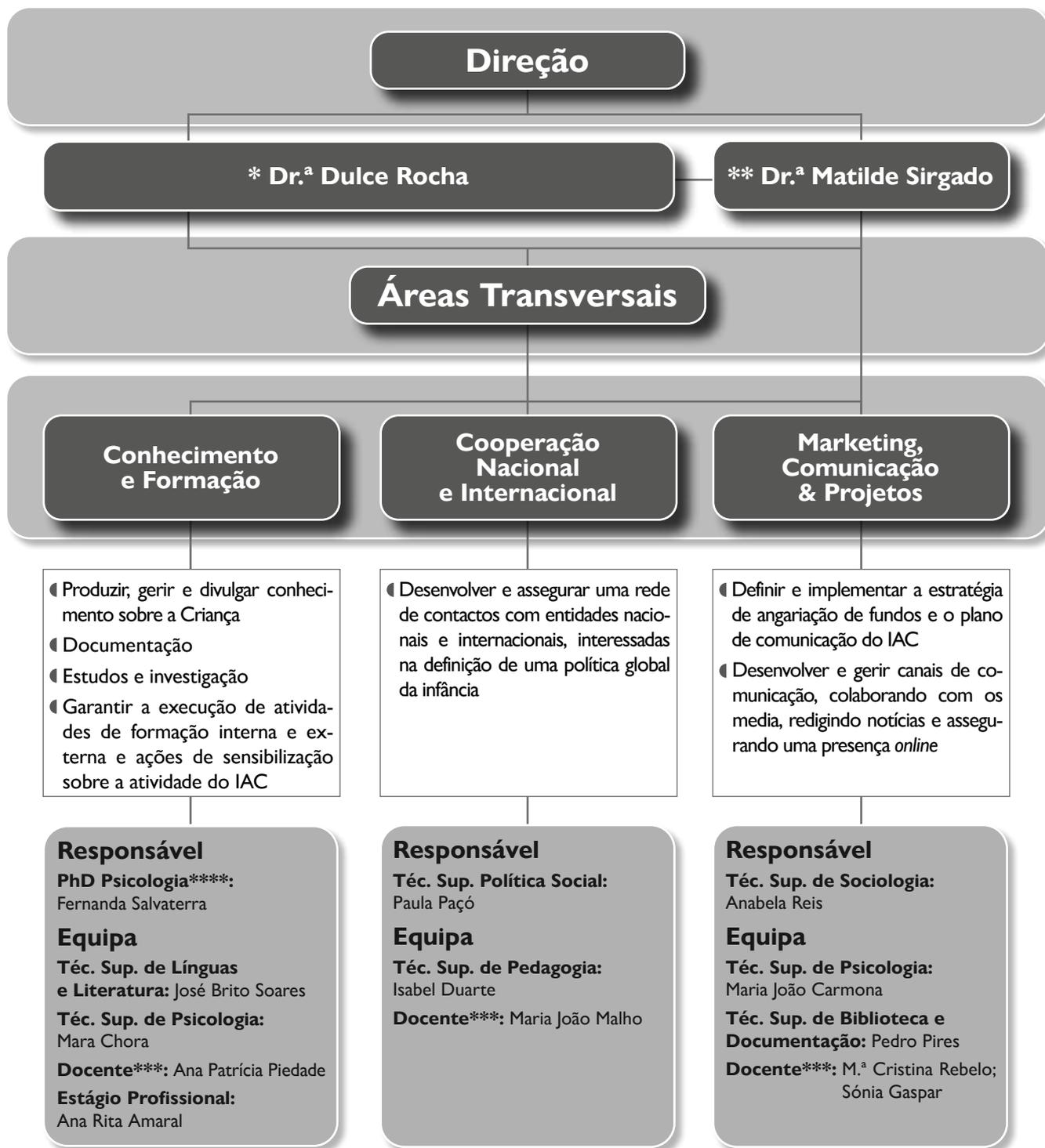
FINALIDADE

Assessorar a Direção na definição de estratégias de representação e de divulgação do trabalho desenvolvido pelos diferentes serviços intervenientes do IAC.

6. ÁREAS TRANSVERSAIS

- 6.1. CONHECIMENTO E FORMAÇÃO**
- 6.2. COOPERAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL**
- 6.3. MARKETING, COMUNICAÇÃO & PROJETOS**

ORGANOGRAMA



* Interlocutora da Direção para as áreas do Conhecimento e Formação e Cooperação Nacional e Internacional

** Interlocutora da Direção para a Área do Marketing, Comunicação e Projetos e Assessora das áreas do Conhecimento e Formação e Cooperação Nacional e Internacional

*** Docente do Ministério de Educação destacado no IAC

**** Técnica Superior do ISS em regime de cedência de Interesse Público

6.1. CONHECIMENTO E FORMAÇÃO

FINALIDADE

Produzir informação e conhecimento técnico-científico, bem como gerir a Formação do IAC, de forma a garantir que o Instituto se mantém na vanguarda dos Direitos da Criança.

OBJETIVOS GERAIS

- Dinamizar uma cultura de gestão do conhecimento organizacional que incentive e valorize a produção, a difusão e a utilização desse conhecimento;
- Produzir documentos/pareceres que contribuam para o ajustamento de políticas promotoras de desenvolvimento da Criança;
- Apoiar e desenvolver os projetos de investigação/estudos no âmbito da missão do IAC;
- Garantir a execução de programas e iniciativas de Formação Interna, Externa e de Valorização Profissional;
- Conceber ferramentas informativas, pedagógicas e de recolha de dados, ajustadas às necessidades de intervenção dos técnicos do IAC.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Conceber e desenvolver estudos/investigação na área da Criança e da Família;
- Organizar e dinamizar ações de Formação Interna sobre temáticas relacionadas com a Criança e a Família;
- Produzir a coleção digital “Cadernos de Formação Interna” para divulgação e consulta das temáticas abordadas na Formação Interna;
- Coordenar pedidos de Formação Externa (e.g., ações de formação, cursos livres, palestras, workshops, seminários, encontros, etc);
- Difundir ações de valorização profissional pelos técnicos do IAC para reforço da sua qualificação profissional e desenvolvimento pessoal;
- Gerir a colocação de estagiários nas vertentes curricular e profissional, articulando com as entidades responsáveis e os serviços intervenientes/áreas transversais do IAC;
- Acolher técnicos, professores, educadores, estudantes e outros interessados que, no âmbito das suas funções profissionais ou atividades académicas, queiram conhecer o trabalho do IAC, enquanto instituição promotora dos Direitos da Criança;
- Produzir a publicação digital “Conhecimento em Dia” para divulgação de conhecimento científico;
- Realizar a revisão de conteúdo técnico-científico das publicações/estudos do IAC.

ATIVIDADES 2022

Estudo da qualidade da vinculação dos adolescentes em fuga - Parte2: recolha de dados em entidades externas para alargamento da amostra

Estudo longitudinal “O Que Pensam e o Que Sentem as Famílias em Isolamento Social”-
Parte 2: recolha de dados pós-isolamento social

Estudo/Avaliação do Projeto Escolas Alfaiate

Organização de Ações de Formação Interna para os técnicos do IAC

Organização de Ações de Formação/Webinars na área dos Direitos da Criança abertas ao público

Elaboração e divulgação da publicação digital “Ideias a Reter” sobre as temáticas abordadas nas ações de formação interna

Elaboração e divulgação do 3.º volume da coleção digital “Cadernos de Formação Interna”, no qual se reúnem todos os “Ideias a Reter” e se inclui a informação sobre a avaliação das sessões

Gestão dos pedidos de formação dirigidos ao IAC e encaminhamento para os formadores e/ou serviço(s) interveniente(s)

Globalização dos dados da plataforma AidHound dos serviços intervenientes e das áreas transversais, relativamente às ações em que os vários técnicos participam como oradores e enquanto público (auto-formação)

Instrução do processo de candidatura à acreditação do IAC pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua

Elaboração da "Coleção Formação – Direitos da Criança", referente a ações de formação externa realizadas pelos técnicos do IAC

Divulgação de ações de valorização profissional junto dos técnicos do IAC

Auscultação das necessidades de formação dos técnicos do IAC

Gestão dos pedidos de estágio (Curricular e Profissional): receção, encaminhamento para os serviços intervenientes/áreas transversais e acolhimento/apresentação da instituição ao(s) estagiário(s)

Acolhimento e apresentação do trabalho do IAC a profissionais/técnicos (e.g., Professores, Educadores, Assistentes Sociais, etc.) e a estudantes (e.g., escolas, universidades, etc.)

Elaboração da publicação digital “Conhecimento em Dia”, com o objetivo de divulgar conhecimento atual sobre a Criança, junto dos técnicos do IAC (e.g., literatura recente, investigação, relatórios, ferramentas pedagógicas, etc.)

Revisão técnico-científica de estudos e publicações do IAC: revisão de texto, tradução, revisão de conteúdos e análise de dados, quando solicitado.

Publicação de um número da Coleção “Relatórios de Investigação”

Preleções em Congressos/Seminários/Webinars e outros encontros ou eventos

Acompanhamento e supervisão (Gestor e Coordenador de Formação) das ações certificadas pela Dgert.

FINANCIAMENTOS ESPECÍFICOS / PROJETOS PONTUAIS

Projeto “Conscious Parent Academy” – ERASMUS+

6.2. COOPERAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL

FINALIDADE

Potenciar o trabalho em parceria, ao nível nacional e internacional, contribuindo para a adequação das políticas integradas nas áreas da infância e juventude.

OBJETIVOS GERAIS

- Cooperar com redes institucionais, entidades parceiras e outras instituições de âmbito nacional e internacional potenciando os objetivos do IAC;
- Participar em projetos nacionais e internacionais que permitam o intercâmbio de boas práticas entre técnicos e entre crianças e jovens;
- Dinamizar e operacionalizar os objetivos da Rede Construir Juntos (em colaboração com o IAC - Polo de Coimbra);
- Contribuir para a criação e implementação, acompanhamento e avaliação de projetos junto de entidades que trabalham com crianças em situação de vulnerabilidade nos PALOP.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Promover a articulação com os diferentes serviços intervenientes e áreas transversais do IAC potenciando os acordos de cooperação existentes;
- Operacionalizar o papel de divulgação e promoção dos Direitos da Criança em articulação com os parceiros nacionais e europeus;
- Dar continuidade à operacionalização dos objetivos da Rede Construir Juntos (em colaboração com o IAC- Polo de Coimbra);
- Promover a participação das crianças e jovens através da dinâmica da Rede Juvenil Crescer Juntos em ações ou projetos de âmbito nacional e europeu (em colaboração com o IAC - Polo de Coimbra).

ATIVIDADES 2022

Analisar e organizar os diferentes protocolos entre o IAC e as entidades envolvidas

Análise de propostas de parceria nacional e/ou internacional dirigidas ao IAC

Representar o IAC em reuniões, encontros e conferências no âmbito de parcerias nacionais e internacionais

Articulação entre as Áreas transversais e serviços intervenientes do IAC

COOPERAÇÃO NACIONAL

PARTICIPAÇÃO NA DINÂMICA DE DIFERENTES PARCERIAS

Participação nas 4 CPCJ de Lisboa - Modalidade alargada

CPCJ de Lisboa Ocidental - Grupos de trabalho:

Promoção do sucesso escolar; Direito à Participação; O Direito a Brincar e Giros Noturnos

CPCJ de Lisboa Oriental - Grupos de trabalho: Prevenção

CPCJ de Lisboa Norte

CPCJ de Lisboa Centro

Comissão Social de Freguesia de Belém

Grupo de trabalho: Infância e Juventude, sub-grupos: Formação, Brincar em Belém

Comissão Social de Freguesia St.ª Maria Maior

Comissão Social de Freguesia da Penha de França

Grupo Infância e Juventude

Comissão Social de Freguesia de Marvila - Eixo 4 - Grupo Infância e Juventude

Rede DLBC - Lisboa - Participação nas reuniões Plenárias

Rede Nacional de Apoio e Proteção às Vítimas de Tráfico de Seres Humanos

Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN) - Núcleo de Lisboa - Presidência da Mesa do Conselho Geral de Associa- dos do Distrito de Lisboa

Rede Social de Lisboa - Participação em Reuniões ou Ações específicas

Centro Nacional de Cibersegurança: Membro do Conselho de Acompanhamento do Centro Internet Segura: Participação em reuniões e ações concretas no âmbito da promoção do uso seguro da Internet

Fórum sobre os Direitos das Crianças e Jovens

Grupo de Trabalho dos Direitos da Criança

ATIVIDADES 2022

Comissão Técnica de Acompanhamento e Monitorização da Estratégia Nacional para os Direitos da Criança

Dinamização de temas em podcast com a Rádio Freguesia Belém

REDE CONSTRUIR JUNTOS (RCJ)

Dinamização do Polo de Lisboa: Reuniões, Webinars, Encontros de reflexão, Seminários

Dinamização da rede nacional: Realização de reuniões de apoio à dinâmica dos polos, Workshops, Webinar, Encontros de Reflexão, Seminários

REDE JUVENIL CRESCER JUNTOS

Reuniões preparatórias; Desenvolvimento de projetos para capacitação dos jovens; Intercâmbios interinstitucionais do Polo de Lisboa; Intercâmbios interinstitucionais nacionais

Operacionalização do projeto Gerações Online - Mediação Juvenil

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Projetos de intervenção nos PALOP:

Apoio técnico; Conceção e Dinamização de ações de formação; Organização de Webinars temáticos; Apoio na organização e realização de Seminários

Participação em Redes de âmbito Europeu:

Missing Children Europe

- Participação em projetos e ações;
- Participação na AG;
- Participação em ações de advocacy;
- Contribuição em Manifestos

EUROCHILD

- Participação em projetos e ações;
- Participação na AG;
- Contribuição em ações de advocacy;
- Integração na Taskforce Child Guarantee

Rede Europeia de Ação Social (ESAN)

- Participação na AG;
- Participação em projetos;
- Participação em ações de advocacy;

Secours Populaire Français

- Participação em ações de solidariedade em benefício de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade

FINANCIAMENTOS ESPECÍFICOS / PROJETOS PONTUAIS

Projeto “Conscious Parent Academy” – ERASMUS+

Projeto “Luz Verde à Criança” CMLx (Em parte da Intervenção)

Projeto RADAR – Comissão Europeia

Projeto “Gerações online – Mediação Juvenil” – RAAML CMLx (Em processo de aprovação)

6.3. MARKETING, COMUNICAÇÃO & PROJETOS

FINALIDADE

Planear e implementar a estratégia de marketing, comunicação e projetos do IAC.

OBJETIVOS GERAIS

- Gerir e acompanhar as campanhas de angariação de fundos do IAC;
- Definir a estratégia e o plano de comunicação externa e interna do IAC;
- Acompanhar e gerir as candidaturas a projetos nacionais e internacionais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Elaborar e dinamizar o plano de fundraising (campanhas de angariação de fundos, eventos solidários, merchandising);
- Organizar campanhas de angariação de fundos;
- Produzir a agenda/calendário;
- Criar e dinamizar o sistema de doadores pontuais e regulares (particulares);
- Identificar e abordar empresas (potenciais financiadores);
- Definir e gerir o plano de comunicação (site, redes sociais, informação institucional);
- Criar e gerir as publicações IAC (Folhetos, Revista, Newsletter, Livros, Vídeos, Relatórios de investigação, Plano e Relatório de Atividades);
- Apoiar a organização de eventos/webinars;
- Acompanhar as candidaturas a projetos e gerir o report global de projetos transversais.

ATIVIDADES 2022

ANGARIAÇÃO DE FUNDOS - CAMPANHAS

Promover a campanha IRS

Mês da Criança

Campanha de Natal (GT)

Dinamizar uma campanha alusiva à Criança Desaparecida (Maio - criar conceito/campanha)

Produção de materiais de merchandising (brindes, agenda, etc)

ANGARIAÇÃO DE FUNDOS - DOADORES

Implementação de CRM para a gestão de angariação de fundos (Salesforce)

Gerir donativos particulares (regulares e pontuais)

Identificar empresas-chave para patrocínios

REDES SOCIAIS

Dinamização do site institucional do IAC

Gestão da presença do IAC nas redes sociais (Blogue, facebook, twitter, Instagram, Youtube, linkedin)

PUBLICAÇÕES IAC

Conceção gráfica, edição e gestão das publicações IAC (Folhetos, livros, Relatórios de investigação, videos, roll-ups...)

Edição da Revista IAC

Dinamização da newsletter "O IAC em Notícia"

Dinamização do InfoCRIANÇA

Produção de desdobráveis informativos do IAC / Setores

Produção do Plano de atividades

Produção de Relatório de Atividades do IAC

ATIVIDADES 2022**CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO**

Reorganizar e atualizar o Centro de Documentação

Gestão de publicações IAC

EVENTOS/PROJETOS

Apoiar a organização de encontros/eventos/webinares

acompanhar as candidaturas a projetos

Gerir o relatório global de projetos transversais

FINANCIAMENTOS ESPECÍFICOS / PROJETOS PONTUAIS

Projeto “Luz Verde à Criança” CMLx (Em parte da Intervenção)

Projeto IAC - EEAGrants (Eixo 4)



7.

SERVIÇOS
INTERVENIENTES

7. SERVIÇOS INTERVENIENTES

7.1. ACTIVIDADE LÚDICA

DIREITO A BRINCAR
ESPAÇOS LÚDICOS

7.2. HUMANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO À CRIANÇA

SAÚDE
EDUCAÇÃO
JUSTIÇA

7.3. POLO DE COIMBRA

PROTEÇÃO DA CRIANÇA
CONTEXTO EDUCATIVO
COOPERAÇÃO REGIONAL

7.4. PROJECTO RUA “EM FAMÍLIA PARA CRESCER”

NÍVEL DO RECUPERAR
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO JUVENIL
CENTRO DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

NÍVEL DA PREVENÇÃO
CENTRO DE APOIO COMUNITÁRIO

7.5. SOS-CRIANÇA

LINHAS SOS-CRIANÇA
ATENDIMENTO PERSONALIZADO
INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCATIVA

7.6. SERVIÇO JURÍDICO

ATENDIMENTO JURÍDICO
ASSESSORIA JURÍDICA
PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

7.1. ACTIVIDADE LÚDICA

FINALIDADE

Contribuir para que todas as crianças tenham uma infância feliz, promovendo o direito de brincar, consagrado no art.º 31.º da Convenção sobre os Direitos das Crianças, enquanto fator determinante para o desenvolvimento pessoal e social da criança.

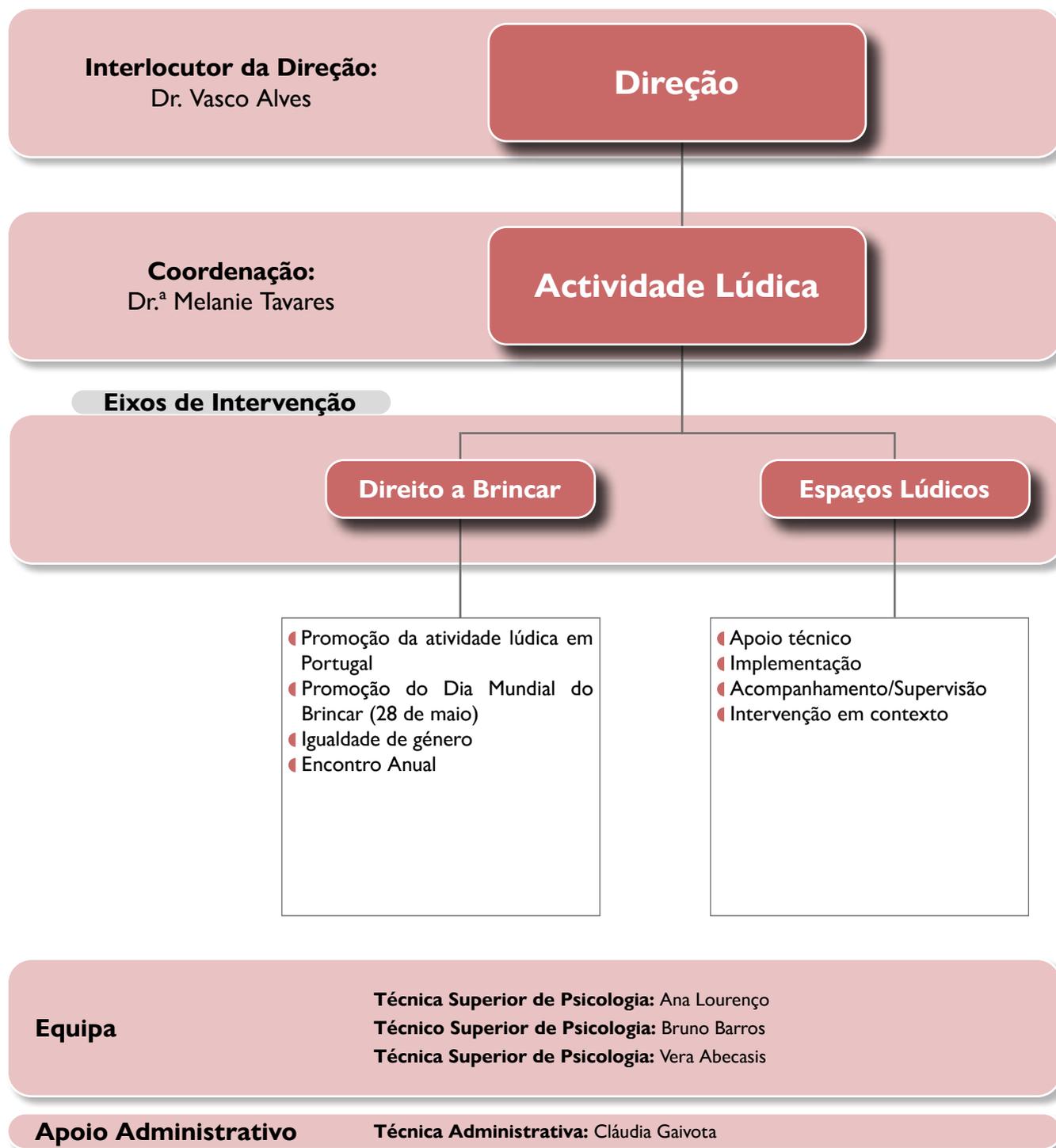
OBJETIVOS GERAIS

- Manter o trabalho com as diferentes entidades envolvidas na defesa do Direito de Brincar, a nível regional, nacional e internacional;
- Prosseguir com o apoio técnico aos espaços lúdicos existentes e incentivar a criação de novos espaços;
- Continuar com ações que permitam a definição e a normalização de critérios de funcionamento das ludotecas e espaços lúdicos, implicando entidades públicas e privadas neste processo;
- Facilitar a comunicação entre as associações nacionais e internacionais e a população em geral (crianças, jovens, famílias e profissionais).

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Apoiar a criação e manutenção de espaços lúdicos com apoio técnico e supervisão;
- Realizar ações de sensibilização;
- Realizar ações de formação;
- Divulgar e promover ações de celebração, a nível nacional e internacional, do Dia Mundial do Brincar;
- Manter e reforçar a parceria com a Associação Internacional de Ludotecas (ITLA) e com o Grupo Europeu de Ludotecas (ETL);
- Prosseguir com ações de comunicação, divulgação e marketing;
- Acolhimento de estágios curriculares e profissionais;
- Continuar a ter em atenção as implicações da pandemia no direito a brincar da criança;
- Desenvolver atividades e eventos que promovam o direito a brincar nos diferentes contextos onde a criança se insere (escola, família, comunidade), especialmente no retorno às atividades após confinamento.

ORGANOGRAMA



Nota: As atividades deste setor e do setor da Humanização dos Serviços de Atendimento à Criança integram um único centro de custos.

ATIVIDADES 2022	
Atividades	Parcerias Externas
ESPAÇOS LÚDICOS	
Apoiar tecnicamente os espaços lúdicos	
Manter os Protocolos já existentes com espaços lúdicos	
Manter a parceria com a Rede de Espaços Lúdicos de Cascais	
Divulgar o plano de formação aos espaços lúdicos nacionais, escolas e outras instituições	
Caracterização e melhoria de espaços de brincar em agrupamentos de escolas	
DIREITO A BRINCAR	
Reaplicar, a nível nacional, o estudo "Portugal a Brincar"	Municípios ACEP – Meadela
Auscultar as crianças sobre a vivência do direito a brincar em pandemia nos diferentes contextos (família, escola, comunidade)	CM Cascais Agrupamentos de Escolas
Apoiar os agrupamentos escolares e outras entidades que recebem crianças a continuarem a proporcionar oportunidades lúdicas às crianças, partilhando experiências nacionais e internacionais promotoras do brincar pós confinamento	Associações de Pais Escola Superior de Educação de Coimbra
Organizar e realizar ações de sensibilização e ações lúdico-pedagógicas para crianças, jovens, famílias e profissionais que propiciem a reflexão sobre o Direito de Brincar, direta ou indiretamente	Estrelas&Ouriços
Participar em Seminários e Encontros Nacionais para promover as áreas de intervenção do Setor da Actividade Lúdica	
Divulgar materiais informativos produzidos pelo Setor (cadernos temáticos; brochuras informativas; entre outros)	
Divulgar e promover a dinamização de atividades comemorativas do Dia Mundial do Brincar – Brincar a Sério	
Participar em iniciativas de outras entidades e associações	
Reforçar as parcerias já existentes e estabelecer novas com outras entidades	

ATIVIDADES 2022	
Atividades	Parcerias Externas
ITLA: Prosseguir com a divulgação do Dia Mundial do Brincar (28 de Maio)	Membros da Associação Internacional de Ludotecas Membros do Grupo Europeu de Ludotecas Faculdade de Motricidade Humana e Sócios-Fundadores da IPA Portugal Museu da Presidência da República Instituições de Ensino Superior Centros de Formação
ITLA: Dar continuidade às funções de “World Play Day Coordinator”	
ETL: manter a responsabilidade de organizar as reuniões online	
ETL: Manter a responsabilidade da edição da newsletter ou outros documentos informativos do Grupo	
ETL: Prosseguir com a gestão da página de internet do Grupo	
ETL: Preparar e participar na reunião anual da ETL (a realizar na Áustria em data a acertar)	
IPA Portugal: Acompanhamento e apoio nas atividades desenvolvidas pela associação em Portugal	
Manter a parceria com o Museu da Presidência da República no âmbito do Dia Mundial do Brincar	
Supervisão de Estágios	
Manter parcerias com Centros de Formação para certificação de ações de formação	

FINANCIAMENTOS ESPECÍFICOS/PROJETOS PONTUAIS

Protocolo Câmara Municipal de Cascais

Projeto “Luz Verde à Criança” CMLx (Em parte da Intervenção)

Projeto “Escolas de (e a) Brincar: Promoção do Direito a Brincar nas Escolas de 1.º CEB da Cidade de Lisboa em Pandemia” – RAAML CMLx (Em processo de aprovação)

7.2. HUMANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO À CRIANÇA

FINALIDADE

Contribuir para o desenvolvimento integral da Criança, enquanto sujeito de direitos em todas as áreas de acolhimento, atendimento e permanência.

OBJETIVOS GERAIS

- Sensibilizar para a aplicação dos direitos da criança em serviços de acolhimento, atendimento e permanência da criança;
- Desenvolver um plano formativo abrangente dirigido a crianças, jovens, profissionais e famílias;
- Apoiar as diferentes entidades envolvidas designadamente nas áreas social, da saúde, da educação e da justiça no respeito dos direitos da criança nas suas práticas quotidianas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Promover o conhecimento das crianças e famílias sobre os seus direitos nos serviços de saúde;
- Melhorar o acolhimento, a informação e a preparação da criança e do adolescente no hospital;
- Dinamizar um plano formativo nas áreas da sexualidade, violência, relações interpessoais e direitos da criança nos serviços de saúde;
- Propor estratégias de implementação de práticas comprovadas nas Escolas, nomeadamente na Educação Especial e na área da violência escolar;
- Prestar apoio técnico no âmbito da humanização dos diferentes serviços de acolhimento à criança;
- Considerar as implicações da pandemia no acolhimento e atendimento da criança nas diferentes áreas (educação, saúde, justiça e social);
- Partilhar práticas nacionais e internacionais que promovam os direitos da criança na saúde em contexto de pandemia;
- Acolhimento de estágio curriculares e profissionais.

ORGANOGRAMA



Equipa

Técnica Superior de Psicologia: Ana Lourenço
Técnico Superior de Psicologia: Bruno Barros
Técnica Superior de Psicologia: Vera Abecasis

Apoio Administrativo

Técnica Administrativa: Cláudia Gaivotá

Nota: As atividades deste setor e do setor da Actividade Lúdica integram um único centro de custos.

ATIVIDADES 2022	
Atividades	Parcerias Externas
EDUCAÇÃO	
Estabelecer protocolos para o acompanhamento de Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF)	
Divulgar e ministrar a oferta formativa aos técnicos de GAAF a nível nacional	
Dinamizar o grupo de Facebook "Rede GAAF - IAC"	
Dar continuidade à supervisão técnica dos GAAF	
Intervenção na Denúncia: Analisar e encaminhar os pedidos de apoio recebidos	
Intervenção na Denúncia: Mediar os interesses em presença de cada situação e agir em conformidade	
Organização do Encontro Nacional de GAAF	
ESTADIA E ACOLHIMENTO	
Humanizar os espaços que acolhem crianças	
Promover formação a profissionais, estudantes, crianças e famílias sobre acolhimento nos serviços que atendem crianças	
SAÚDE	
Dar continuidade à divulgação da 5.ª edição da Carta da Criança Hospitalizada junto dos hospitais, profissionais de saúde, pais e população em geral	
Divulgar a história infantil "Zebedeu – Um Príncipe no Hospital" a nível nacional	
Terminar a edição da história infantil "Zebedeu – Um Príncipe no Hospital" em braile	
Divulgar/Distribuir o livro infantil "Zebedeu – Um Príncipe no Hospital" em braile	
Reeditar o livro infantil "Zebedeu – Um Príncipe no Hospital"	
Reeditar o conto "Sol e o Centro de Saúde"	
	Agrupamentos de escolas GAAF protocolados Centros de Acolhimento Tribunais Serviços de Saúde Serviços Municipais CM Cascais ACAPO

ATIVIDADES 2022	
Atividades	Parcerias Externas
Desenvolver ações de formação e sensibilização com profissionais, famílias, crianças e estudantes no âmbito dos direitos da criança na saúde	
Desenvolver ações no âmbito da Educação para a Saúde – Sexualidade, Bullying/Cyberbullying, Literacia e Media, Práticas parentais positivas, Gestão de conflitos	Agrupamentos de Escolas
Projeto “Respeito dos Direitos da Criança no Hospital”: Análise e sistematização dos dados recolhidos no Hospital Fernando da Fonseca	Municípios Associações de Pais
Participação no Projeto sobre "Direitos da Criança na Saúde" da OMS	Serviço de Pediatria do HFF
Carta da Criança nos Cuidados de Saúde Primários: distribuição e divulgação	OMS
Carta da Criança nos Cuidados de Saúde Primários – versão conto infantil: distribuição e divulgação	Hospitais e outras entidades nacionais da área da saúde
Participar em iniciativas de outras entidades e associações	CNSMCA EACH
Reforçar as parcerias já existentes e estabelecer novas com outras entidades	Task Force HPHCA
Responder às solicitações da EACH e participar na reunião internacional	DGS
Responder às solicitações da Task Force on Health Promotion with Children and Adolescents – Rede Internacional de Hospitais Promotores de Saúde	Instituições de Ensino Superior
Manter a parceria com a Direção Geral de Saúde	
Supervisão de Estágios	

FINANCIAMENTOS ESPECÍFICOS / PROJETOS PONTUAIS

Projeto “Luz Verde à Criança” CMLx (Em parte da Intervenção)
Protocolo Câmara Municipal de Cascais

7.3. POLO DE COIMBRA

FINALIDADE

Contribuir para o Desenvolvimento Integral da Criança,
na Defesa e Promoção dos seus Direitos.

OBJETIVOS GERAIS

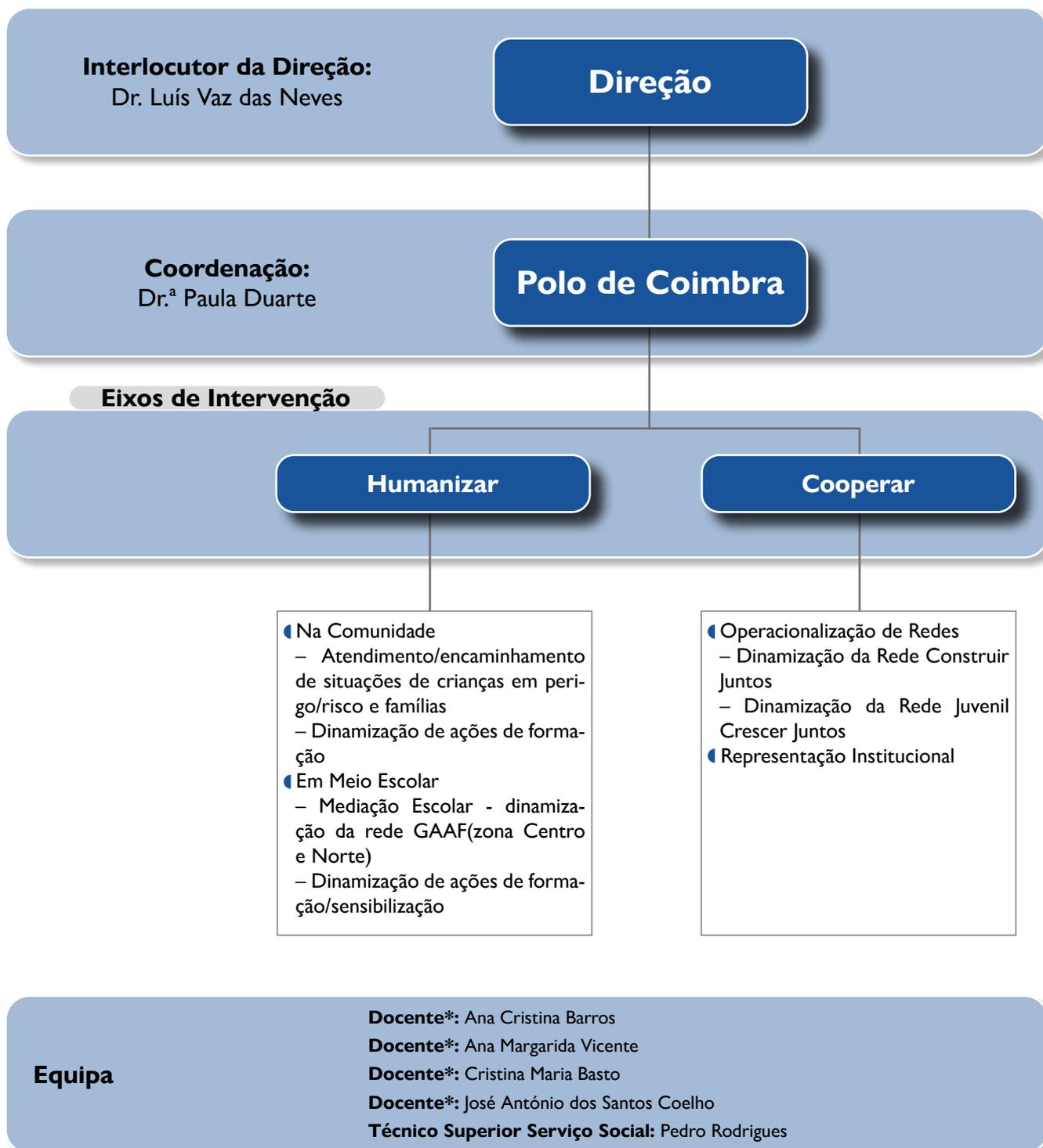
- Promover estratégias de intervenção e apoiar ações no âmbito da defesa e promoção dos Direitos da Criança;
- Promover uma intervenção, articulada com outros serviços, de forma a proporcionar às crianças e jovens um ambiente de cuidados, atenção e afetos;
- Criar estratégias, em parceria com as escolas, que promovam a inclusão e a cidadania;
- Promover boas práticas e partilhar experiências enriquecedoras que permitam a melhor adequação de atitudes face à criança/jovem.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Atender e encaminhar 10 situações de crianças em perigo/risco;
- Participar em 6 campanhas de solidariedade e encaminhamento de donativos (roupa/calçado, brinquedos, ...);
- Promover a exposição “Direitos da Criança” na cidade de Coimbra prevendo-se um público de cerca de 500 crianças e 100 famílias;
- Dinamizar a Rede Nacional de Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF) com consultoria, formação e/ou supervisão em 17 Agrupamentos de Escolas;
- Implementar o Projeto de Mediação Escolar em 2 novos Agrupamentos;
- Organizar 2 Forúns temáticos dirigidos às equipas da Rede Nacional GAAF envolvendo 20 Agrupamentos de Escola;
- Dinamizar a Rede Construir Juntos (RCJ) e a Rede Juvenil Crescer Juntos (RJCJ) em 14 polos regionais;
- Coorganizar o Encontro Anual da Rede Construir Juntos envolvendo 25 parceiros e 100 participantes;
- Promover a Reunião Anual da RCJ envolvendo 15 instituições parceiras;
- Aumentar em 5 os parceiros da Rede Construir Juntos;
- Dinamizar 7 ações no Polo de Coimbra da RJCJ;

- Coorganizar o Intercâmbio Nacional da RJCJ envolvendo 50 participantes de 6 polos da RJCJ;
- Produzir 4 materiais ludico-pedagógicos;
- Implementar um projeto de Jogos de Tabuleiro em 2 Casas de Acolhimento de Coimbra;
- Implementar um projeto lúdico-pedagógico, envolvendo 20 crianças, em parceria com a União de Freguesias de Coimbra (UFC);
- Dinamizar 100 horas de formação/sensibilização;
- Participar com comunicações em 6 Encontros/Seminários;
- Organizar o III Colóquio “Brincar e Modos de Ser Criança” envolvendo 150 participantes;
- Supervisionar o projeto de promoção da atividade lúdica e humanização em espaço escolar;
- Comemorar o Dia Mundial do Brincar envolvendo 500 crianças e 100 famílias;
- Participar em 12 grupos de trabalho de parcerias externas;
- Representar o IAC em, pelo menos, 12 eventos;
- Colaborar com as instituições de ensino superior na formação de 3 estagiários.

ORGANOGRAMA



* Docente do Ministério de Educação destacado no IAC

ATIVIDADES 2022	
Atividades	Parcerias Externas
HUMANIZAÇÃO NA COMUNIDADE	
Atendimento de situações de crianças em perigo/risco e famílias e encaminhamento para as outras estruturas de apoio	Entidades de apoio na área de infância e juventude Grupo de trabalho Laço Azul de Coimbra Câmara Municipal de Coimbra Orquestra Clássica do Centro FPCEUC 2 Casas de Acolhimento de Coimbra União de Freguesias de Coimbra Centro de Formação Nova Ágora ISMT ESEC
Participação em campanhas de solidariedade e encaminhamento de donativos (roupa/calçado, brinquedos, ...)	
Dinamização de ações formativas no âmbito da defesa e promoção dos Direitos da Criança	
Produção de 4 materiais lúdico-pedagógicos no âmbito dos direitos da Criança	
Exposição dos Direitos da Criança	
Projeto de Jogos de Tabuleiro com crianças/jovens	
Projeto lúdico-pedagógico na Baixa de Coimbra	
III Colóquio "Brincar e Modos de Ser Criança"	
Aconhimento de 3 estagiários	
HUMANIZAÇÃO EM MEIO ESCOLAR	
Apresentação e divulgação do Projeto de Mediação Escolar	
Implementação de GAAF, em articulação com as direções dos diversos agrupamentos de escolas, com as instituições locais e com as autarquias, a fim de operacionalizar o funcionamento destes gabinetes	

ATIVIDADES 2022	
Atividades	Parcerias Externas
SAÚDE	
Dinamização e apoio técnico aos Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF) nos diversos agrupamentos de escolas a norte de Leiria	
Dinamização de ações formativas no âmbito do portefólio da Mediação Escolar	
Divulgação e supervisão do projeto “Clube dos Amigos da Mediação”	
Dinamização do fórum temático “Clube dos Amigos da Mediação”	
Dinamização do fórum temático de apresentação do programa de promoção de competências "Cartas UN-HU"	GAAF protocolados
Apoio técnico/accompanhamento e supervisão de um projeto de promoção da atividade lúdica e humanização do espaço escolar da Escola EB n.º 3 de Condeixa-a-Nova	Autoras do programa de promoção de competências “Cartas UN-HU”
Comemoração do Dia Mundial do Brincar	Agrupamentos de Escolas Associações de Pais
COOPERAÇÃO - OPERACIONALIZAÇÃO DE REDES	
Elaboração de Planos de Ação da RCJ e RJCJ	Associação de Pais da EB n.º 3 de Condeixa-a-Nova
Alargamento, revitalização, dinamização e apoio aos diferentes Polos da RCJ	Instituições parceiras da RCJ
Articulação com as instituições parceiras na busca e apoio, em caso de crianças desaparecidas	
Conceção e elaboração da Newsletter da RCJ	
Dinamização da página RCJ no Facebook	
Reunião anual de parceiros da RCJ	
Reunião dos polos mediadores regionais da RCJ	

ATIVIDADES 2022	
Atividades	Parcerias Externas
Encontro anual da RCJ (local a definir)	Instituições parceiras da RCJ
Dinamização de encontros temáticos e de trabalho; workshops; ações de sensibilização no âmbito da RJCJ	Câmaras Municipais
Coorganização do Intercâmbio Nacional da RJCJ (local a definir)	CPCJ
	EAPN
COOPERAÇÃO - REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL	Agrupamentos de Escolas
	Associações de Pais
Participação e intervenção em Encontros, Seminários, Colóquios	CPCJ Coimbra
	Rede Social CMC
	CSF SAO
Representação do IAC em diferentes eventos	CSF UFC
	EAPN
	ARS
Participação nas reuniões de grupos de trabalho/redes de parceiros	APCC
	RRC APV TSH
Conceção, organização, participação e intervenção em Encontros, Seminários, Colóquios e outras atividades, promovidos pelos grupos de trabalho/redes de parceiros	ADRL

FINANCIAMENTOS ESPECÍFICOS / PROJETOS PONTUAIS

Projeto AUCHAN

7.4. PROJECTO RUA “EM FAMÍLIA PARA CRESCER”

FINALIDADE

Contribuir para a diminuição do número de crianças, adolescentes e jovens em risco e/ou perigo promovendo a sua reinserção sociofamiliar.

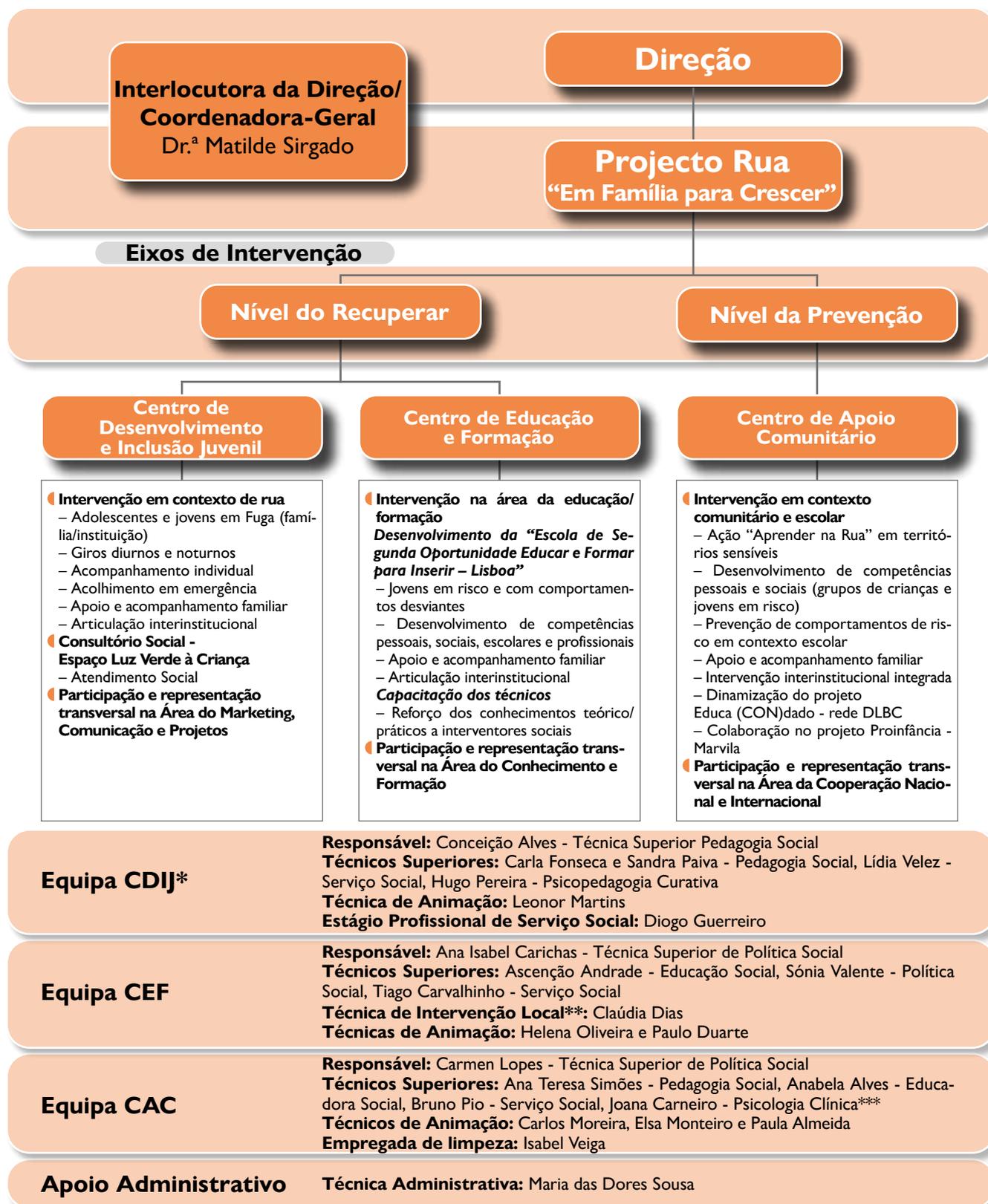
OBJETIVOS GERAIS

- Optimizar respostas que permitam recuperar adolescentes e jovens com comportamentos disruptivos/desviantes, promovendo competências conducentes à construção de um projeto de vida saudável;
- Desenvolver uma resposta alternativa integrada de educação/formação para jovens em risco e com comportamentos desviantes, com vista à construção de um projeto de vida saudável;
- Contribuir para a criação de projetos integrados, nas comunidades sinalizadas por situações de crianças, adolescentes e jovens em risco, com vista à construção de um projeto de vida saudável.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Intervir em situações de emergência face a adolescentes e jovens desaparecidos e/ou explorados sexualmente com especial incidência sobre os que se encontram em fuga;
- Promover e desenvolver competências pessoais/sociais e a aquisição de conhecimentos na área escolar/profissional, para um grupo constante de 24 jovens;
- Reforçar os conhecimentos teórico-práticos a interventores sociais e promover a transferibilidade de metodologias sobre as problemáticas destes jovens;
- Prevenir situações de crianças em risco em comunidades com contextos adversos;
- Prevenir comportamentos de risco em escolas das comunidades intervencionadas.

ORGANOGRAMA



* Os elementos desta equipa apoiam também a intervenção do Gabinete Social - Consultório Social

** TIL - Técnica de Intervenção Local: contratada pela Escola Eça de Queirós no âmbito do acompanhamento às turmas PIEF, que integra a equipa do IAC

*** 2 x semana - Projecto Rua, CAC / 3 x semana SOS Criança

7.4.1. PROJECTO RUA “EM FAMÍLIA PARA CRESCER”

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO JUVENIL

OBJETIVO GERAL

- Intervir em situações de emergência face a adolescentes e jovens desaparecidos e/ou explorados sexualmente com especial incidência sobre os que se encontram em fuga;
- Dinamizar o atendimento social, no âmbito do Consultório Social no espaço Luz Verde à Criança na cidade de Lisboa.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Atualizar o diagnóstico de adolescentes e jovens em contexto de rua e cooperar na sua procura no período máximo de 48 horas;
- Dar resposta de acolhimento a situações de emergência, restrita a casos resultantes da intervenção direta desta equipa;
- Promover o desenvolvimento de competências pessoais e sociais a todos os jovens acompanhados, com vista a que 50% atinja nível positivo nas competências em avaliação;
- Promover a (re)integração de 80% de adolescentes e jovens, na família, escola e formação/emprego, através de um acompanhamento individualizado;
- Capacitar e encaminhar 60% das famílias dos jovens em acompanhamento para as instituições/serviços competentes;
- Atender, encaminhar e/ou acompanhar todas as situações de crianças/jovens e respetivas famílias em risco social que são identificadas/sinalizadas ao consultório Social.

ATIVIDADES 2022	
Atividades	Parcerias Externas
ATIVIDADES EM CONTEXTO DE EMERGÊNCIA E DE DIAGNÓSTICO	
Giros de diagnóstico e de denúncia diurnos e noturnos	
Dar resposta de acolhimento de emergência a jovens identificados pela equipa	Casas de Acolhimento Residencial
ATIVIDADES TREINO DE COMPETÊNCIAS PESSOAIS E SOCIAIS	
Sessões temáticas em sala	Comissões de Proteção de Crianças e Jovens
Ateliers lúdico pedagógicos	Direção Geral de Reinserção Social e Serviços Prisionais
Visitas lúdico pedagógicas	Órgãos Policiais
Ações desportivas	Núcleos de Planeamento e Intervenção aos Sem-Abrigo
Fins de semana e espaços de férias	Rede Regional de Lisboa e Vale do Tejo de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos
ATIVIDADES DE CARÁTER EDUCATIVO E FORMATIVO	
Ações formativas de pais (interequipas)	Tribunal de Família e Menores de Lisboa
Participação em Projetos Nacionais e Internacionais (Rede juvenil “Crescer Juntos”, Projeto RADAR, Projeto + Dança para Crescer) e intercâmbios de crianças, adolescentes e jovens	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

ATIVIDADES 2022	
Atividades	Parcerias Externas
ATIVIDADES DE CARÁTER PSICOSSOCIAL	
Entrevistas motivacionais	
Acompanhamento individualizado com vista à reestruturação de rotinas	Casas de Acolhimento Residencial
Atendimento/encaminhamento/acompanhamento a crianças, jovens e famílias	Comissões de Proteção de Crianças e Jovens
Visitas domiciliárias/integradas	Direção Geral de Reinserção Social e Serviços Prisionais
Planos individuais integrados	Órgãos Policiais
	Núcleos de Planeamento e Intervenção aos Sem-Abrigo
	Rede Regional de Lisboa e Vale do Tejo de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos
ATIVIDADES DE CARÁTER INTERINSTITUCIONAL	
Colaboração nos Acordos de Promoção e Proteção e nas Medidas Tutelares Educativas, com as diferentes entidades com responsabilidade nas áreas da infância e juventude	Tribunal de Família e Menores de Lisboa
Articulação interinstitucional (reuniões, contactos e elaboração de relatórios/informações sociais)	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
Participação na Rede Regional de Lisboa e Vale do Tejo de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos	

FINANCIAMENTOS ESPECÍFICOS / PROJETOS PONTUAIS

Acordo Atípico Revalorizar – ISS, IP
 Instituto Português do Desporto e Juventude, IP
 Projeto “Luz Verde à Criança” CMLx (Em parte da Intervenção)
 Projeto “Gerações online – Mediação Juvenil” – RAAML CMLx (Em processo de aprovação)

7.4.2. PROJECTO RUA “EM FAMÍLIA PARA CRESCER”

CENTRO DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

OBJETIVOS GERAIS

- Desenvolver, de modo integrado (Câmara Municipal de Lisboa; Direção Geral de Estabelecimentos Escolares e Agrupamento de Escolas Eça de Queirós), a Escola de Segunda Oportunidade Educar e Formar para Inserir-Lisboa;
- Reforçar os conhecimentos teórico-práticos a interventores sociais e promover a transferibilidade de metodologias sobre as problemáticas destes jovens.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Aplicar um programa de treino de competências pessoais e sociais a 100% dos jovens abrangidos, de modo a que 60% apresentem nível positivo no processo avaliativo, nas competências em avaliação;
- Promover a aquisição de conhecimento teóricos na área escolar, de modo a que 60% dos jovens concluam no tempo previsto o seu percurso até à certificação escolar;
- Promover a aquisição de conhecimentos profissionais, de modo a que 60% dos jovens concluam no tempo previsto o seu percurso até à certificação profissional;
- Promover a aquisição de estratégias e ferramentas, de modo a que 80% dos interventores sociais abrangidos considerem ter aprofundado ou adquirido novos conhecimentos;
- Criação de materiais técnico-pedagógicos e de divulgação da intervenção.

ESCOLA DE SEGUNDA OPORTUNIDADE EDUCAR E FORMAR PARA INSERIR - LISBOA	
ATIVIDADES 2022	
Atividades	Parcerias Externas
COMPONENTE PESSOAL	
ATIVIDADES TREINO DE COMPETÊNCIAS PESSOAIS E SOCIAIS	
Sessões temáticas em sala	
Ateliers ludicos pedagógicos	
Visitas ludico pedagógicas	Agrupamento de Escolas Eça de Queirós
Ações desportivas	Associação Pró-Infância Santo António de Lisboa Câmara Municipal de Lisboa
Fins de semana e espaços de férias	Comissões de Proteção de Crianças e Jovens
Atividade Prémio	Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares
ATIVIDADES DE CARÁTER PSICOSSOCIAL	
Entrevistas de seleção/motivacionais	Direção-Geral de Reinserção Social e Serviços Prisionais
Acompanhamento individualizado dos jovens, com vista à estruturação de rotinas	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
Elaboração de planos individuais integrados	
Atendimento/encaminhamento/accompanhamento a famílias	
Visitas domiciliárias	

ATIVIDADES 2022	
Atividades	Parcerias Externas
ATIVIDADES DE CARÁTER INTERINSTITUCIONAL	
Colaboração nas Medidas Tutelares Educativas, Penais e nos Acordos de Promoção e Proteção	
Colaboração interinstitucional (reuniões, contatos e informações/relatórios sociais)	
ATIVIDADES DE CARÁTER EDUCATIVO E FORMATIVO	
Participação em projetos nacionais e internacionais (Rede Juvenil Crescer Juntos, Projeto + Dança para Crescer) e intercâmbios de crianças, adolescentes e jovens	Agrupamento de Escolas Eça de Queirós
Ações formativas de pais (interequipas)	Associação Pró-Infância Santo António de Lisboa
COMPONENTE ESCOLAR	
ATIVIDADES DE CARÁTER EDUCATIVO E FORMATIVO	
Aulas da Componente Escolar	Câmara Municipal de Lisboa
Acompanhamento da Componente Escolar	Comissões de Proteção de Crianças e Jovens
Intervalos em contexto escolar	Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares
Reuniões c/ equipa pedagógica (IAC e Professores)	Direção-Geral de Reinserção Social e Serviços Prisionais
	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
COMPONENTE DE NATUREZA PROFISSIONAL	
ATIVIDADES DE CARÁTER EDUCATIVO E FORMATIVO	
Criação de uma bolsa de entidades acolhedoras	
Acompanhamento da Componente de Natureza Profissional	
Formação em exercício no âmbito da Componente de Natureza Profissional	

CAPACITAÇÃO DOS TÉCNICOS	
ATIVIDADES 2022	
Atividades	Parcerias Externas
ATIVIDADES DE CÁRATER EDUCATIVO E FORMATIVO	
<p>Criação e aplicação de programas formativos para intervenores sociais, adolescentes e jovens (TSH; Prevenção dos Abusos Sexuais; Jovens Multidesafiadores; Ação de Formação para Animadores)</p>	<p>Agrupamento de Escolas Eça de Queirós;</p> <p>Associação Pró-Infância Santo António de Lisboa;</p> <p>Câmara Municipal de Lisboa;</p> <p>Comissões de Proteção de Crianças e Jovens;</p> <p>Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares;</p>
<p>Colaboração na construção de conteúdos programáticos para Ações de Formação relacionadas com a área de intervenção do Projecto Rua</p>	<p>Direção-Geral de Reinserção Social e Serviços Prisionais;</p> <p>Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.</p>

FINANCIAMENTOS ESPECÍFICOS / PROJETOS PONTUAIS

Acordo Atípico Revalorizar – ISS, IP
 Instituto Português do Desporto e Juventude, IP
 Projeto “Luz Verde à Criança” CMLx (Em parte da Intervenção)
 Projeto “Gerações online – Mediação Juvenil” – RAAML CMLx (Em processo de aprovação)

7.4.3. PROJECTO RUA “EM FAMÍLIA PARA CRESCER”

CENTRO DE APOIO COMUNITÁRIO

OBJETIVOS GERAIS

- Prevenir situações de crianças em risco em comunidades com contextos adversos - B.º do Condado (freguesia de Marvila);
- Prevenir comportamentos de risco em escolas das comunidades com contextos adversos - B.º do Condado e B.º Dr. Alfredo Bensaúde.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Aplicar um programa de treino de competências pessoais e sociais às crianças e jovens acompanhados, de modo a que 50% atinja nível positivo nas competências em avaliação;
- Sensibilizar as crianças para os seus Direitos e Deveres através da Ação “Crescer e Aprender na Rua com Direitos” - em contexto escolar e/ou comunitário - B.º do Condado e B.º Dr. Alfredo Bensaúde;
- Implementar o Projeto +Dança para Crescer, no âmbito do Programa Cidadãos Ativ@s da Fundação Calouste Gulbenkian;
- Participação em grupos interinstitucionais em modelo integrado que sejam de suporte à intervenção;
- Desenvolver o projeto “Educa(CON)dado”, no âmbito da candidatura à DLBC;
- Desenvolver as ações previstas no programa Proinfância, enquanto entidade colaboradora

ATIVIDADES 2022	
Atividades	Parcerias Externas
ATIVIDADES TREINO DE COMPETÊNCIAS PESSOAIS E SOCIAIS	
Sessões temáticas em sala	
Ateliers lúdico pedagógicos	
Visitas lúdico pedagógicas	Agrupamento de Escolas D. Dinis
Ações desportivas	Agrupamento de Escolas Luís António Verney
Fins de semana e espaços de férias	Agrupamento de Escolas das Piscinas
ATIVIDADES DE CARÁTER EDUCATIVO E FORMATIVO	
Ação Crescer e Aprender na Rua com Direitos - em contexto escolar (sessões Dtº e deveres; animações de intervalo...)	Associação Ensaio D'Elogios
Ação Crescer e Aprender na Rua com Direitos - em contexto comunitário	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens – Lisboa Oriental
Ações formativas de Pais (interequipas)	Grupo Comunitário do Bairro do Condado
Reforço Educativo - aula aberta	Grupo de Segurança do Bairro do Condado
Reforço Educativo individual	Junta de Freguesia de Marvila
Sessões de expressão artística	Junta de Freguesia dos Olivais
Implementação e desenvolvimento de ações no âmbito do Projeto +Dança para Crescer	Programa Proinfância
Participação em projetos nacionais e internacionais (Rede juvenil "crescer Juntos"; Justice Youthopia) e intercâmbios de crianças, adolescentes e jovens	Rede para o Desenvolvimento Local de Base Comunitária de Lisboa
	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

ATIVIDADES 2022	
Atividades	Parcerias Externas
ATIVIDADES DE CARÁTER PSICOSSOCIAL	
Entrevistas motivacionais	
Acompanhamento individualizado de crianças e jovens	
Acompanhamento do percurso escolar de crianças em situação de risco	Agrupamento de Escolas D. Dinis
Atendimento/encaminhamento/accompanhamento a crianças, jovens e famílias	Agrupamento de Escolas Luís António Verney
Visitas domiciliárias/integradas	Agrupamento de Escolas das Piscinas
Apoio psicológico	Associação Ensaio D'Elogios
Elaboração de planos individuais integrados	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens – Lisboa Oriental
Desenvolvimento das ações previstas no âmbito do Programa Proinfância	Grupo Comunitário do Bairro do Condado
	Grupo de Segurança do Bairro do Condado
ATIVIDADES DE CARÁTER INSTITUCIONAL	
Colaboração nos Acordos de Promoção e Proteção e nas Medidas Tutelares Educativas, com as diferentes entidades com responsabilidade na área da infância e juventude	Junta de Freguesia de Marvila
	Junta de Freguesia dos Olivais
	Programa Proinfância
Participação nas reuniões da Mesa Técnica do Programa Proinfância	Rede para o Desenvolvimento Local de Base Comunitária de Lisboa
Participação no Grupo comunitário do B.º do Condado	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
Participação no Grupo de Segurança do B.º do Condado	

ATIVIDADES 2022	
Atividades	Parcerias Externas
Participação no Grupo do Conselho Educativo de Marvila	<p>Agrupamento de Escolas D. Dinis</p> <p>Agrupamento de Escolas Luís António Verney</p> <p>Agrupamento de Escolas das Piscinas</p> <p>Associação Ensaio D'Elogios</p> <p>Comissão de Proteção de Crianças e Jovens – Lisboa Oriental</p>
Articulação interinstitucional (reuniões e contactos e elaboração de relatórios e informações sociais)	<p>Grupo Comunitário do Bairro do Condado</p> <p>Grupo de Segurança do Bairro do Condado</p> <p>Junta de Freguesia de Marvila</p> <p>Junta de Freguesia dos Olivais</p> <p>Programa Proinfância</p> <p>Rede para o Desenvolvimento Local de Base Comunitária de Lisboa</p> <p>Santa Casa da Misericórdia de Lisboa</p>

FINANCIAMENTOS ESPECÍFICOS / PROJETOS PONTUAIS

Acordo Atípico Revalorizar – ISS, IP
 Fundação La Caixa BPI
 Instituto Português do Desporto e Juventude, IP
 Projeto Educa(CON)dado – PIEAS (Projetos Inovadores e/ou Experimentais na Área Social) - FSE
 Projeto “Luz Verde à Criança” CMLx (Em parte da Intervenção)
 Programa Cidadãos Ativ@s – EEAGrants (Eixo 3)
 Projeto Justice Youthopia – Comissão Europeia
 Projeto “Gerações online – Mediação Juvenil” – RAAML CMLx (Em processo de aprovação)

7.5. SOS-CRIANÇA

FINALIDADE

Dar voz à criança, jovem e família, garantindo-lhes o direito à palavra, apoio e proteção.

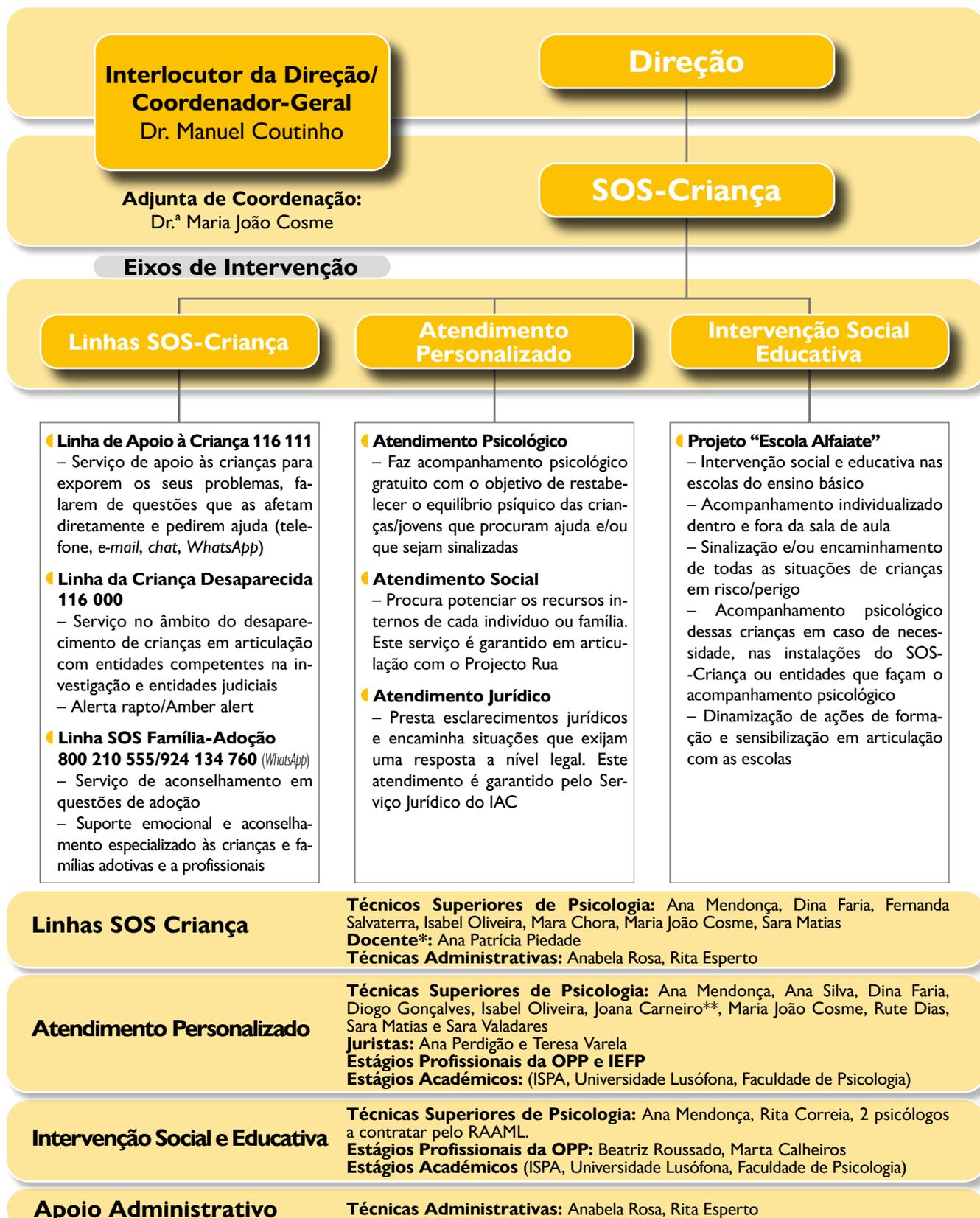
OBJETIVOS GERAIS

- Sensibilizar as Estruturas Comunitárias e a Sociedade para a Problemática da Criança/Jovem, particularmente em situação de perigo, desaparecimento, exploração ou abuso sexual, bem como em situações de adoção;
- Desenvolver ações que contribuam para a intervenção social e educativa que respondam às necessidades da comunidade escolar;
- Garantir à criança/jovem o direito à palavra e sua proteção em situação de risco;
- Garantir o apoio psicológico a todas as crianças/jovens que o solicitem;
- Garantir o apoio jurídico e o apoio em situação de adoção ou famílias de acolhimento.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Implementar ações de formação/ sensibilização sobre diferentes problemáticas na promoção e proteção da Criança;
- Avaliar, intervir e/ ou encaminhar todas as situações de crianças, jovens e famílias sinalizadas ao IAC;
- Articular com serviços nacionais e internacionais;
- Garantir o atendimento da linha SOS-Criança 116111, Linha Criança Desaparecida 116000 e da Linha SOS Família-Adoção 800 210 555, cumprindo todos os procedimentos previstos;
- Assinalar o Dia Internacional da Criança Desaparecida;
- Avaliar e/ou acompanhar a nível psicológico todos os casos rececionados;
- Implementar estratégias de aconselhamento junto de responsáveis legais da criança/jovem;
- Receber apelos via chat pelo site do IAC (www.iacrianca.pt), responder a apelos por whatsapp e receber emails de apelos (soscrianca@iacrianca.pt e sos.familia.adocao@iacrianca.pt);
- Executar atividades no âmbito da “Escola Alfaiate”;
- Produzir e divulgar 3 materiais documentais informativos do SOS-Criança (Livro Histórias da Escola Alfaiate; Livro da Escola Alfaiate e Livro dupla capa, do 116 111 e do 116 000, linhas europeias para crianças em risco e desaparecidas/exploradas sexualmente).

ORGANOGRAMA



* Docente do Ministério de Educação destacada no IAC

** 3 x semana SOS Criança / 2 x semana - Projecto Rua, CAC

7.5.1. SOS-CRIANÇA

LINHAS SOS-CRIANÇA

OBJETIVO GERAL

- Garantir à criança/jovem o direito à palavra e sua protecção.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Manter o atendimento da linha SOS-Criança 116 111, nas suas diferentes valências (linha telefónica, *whatsapp*, *chat* e *email*) e a Linha SOS-Criança Desaparecida 116 000 cumprindo todos os procedimentos previstos;
- Manter o atendimento da linha SOS Família-Adoção 800 210 555, nas suas diferentes valências (linha telefónica, *whatsapp* e *email*);
- Produzir e divulgar materiais informativos do SOS-Criança;
- Encaminhar os apelos recebidos e articular com os serviços locais com competência em matéria de infância e juventude;
- Monitorizar e Reavaliar as situações encaminhadas;
- Assinalar o Dia da Criança Desaparecida;
- Sinalizar situações recebidas nas linhas ao Atendimento Psicológico, Social e Jurídico do IAC (nos casos de Lisboa, para o Consultório Social do IAC);
- Recolher e tratar estatisticamente os dados resultantes das várias áreas de intervenção do serviço;
- Participar em eventos e realizar projetos em parceria com entidades internacionais congêneres (CHI - Child Helpline International; MCE-Missing Children Europe e ICMEC- International Center for Missing and Exploited Children).

ATIVIDADES 2022	
Atividades	Parcerias Externas
APELOS (SINALIZAÇÃO) E SEU ENCAMINHAMENTO NACIONAL E INTERNACIONAL Divulgação do SOS-Criança	
Atendimento telefónico SOS-Criança 116111, dias úteis das 9h às 21h	
Atendimento telefónico SOS-Criança Desaparecida 116000, 24h/7, todo o ano	CPCJ
Chat (www.iacrianca.pt); Whatsapp (913069404, 966065750 e 966065767) e Email (soscrianca@iacrianca.pt)	PSP GNR TFM
Articulação com os serviços da comunidade em matéria de infância e juventude e respectivo encaminhamento das situações apresentadas nas diferentes valências do SOS-Criança/SOS-Criança Desaparecida	SCML ISS,IP
Monitorização dos processos encaminhados (Reavaliação)	ICMEC MCE
Atualização da base de dados de recursos por temática, a nível nacional	Interpol Europol
Atendimento telefónico da Linha SOS Família-Adoção e resposta aos apelos por Whatsapp (924134760) e por email (sos.familia.adocao@iacrianca.pt)	PJ TFM MAI
Horário de atendimento da linha: 3.ª feira das 9h às 13h 5.ª feira das 14h às 17h	Ministério Justiça APCD
Divulgação dos números e contactos do SOS-Criança junto da comunidade em geral	
Conceção de 3 folhetos informativos do SOS-Criança	

ATIVIDADES 2022	
Atividades	Parcerias Externas
Participação nas atividades desenvolvidas pelo Child Helpline International (CHI); Missing Children Europe (MCE) e International Centre for Missing and Exploited Children (ICMEC) no âmbito das Linhas Telefónicas	
Participação nas atividades desenvolvidas por parceiros congéneres a nível internacional no âmbito das Linhas Telefónicas	
Assinalar o dia 25 maio – Dia Internacional de Crianças Desaparecidas (webinar ou atividades coerentes com iniciativas Europeias ainda em fase de construção)	CHI MCE ICMEC
Promover a formação de profissionais junto dos parceiros	Ministério da Justiça AMBER Association OPP
Acionar o Alerta rapto/Amber alert	Faculdade de Psicologia ISPA
Supervisão de estágios académicos e profissionais (área de Psicologia Clínica; Forense e Clínica e Aconselhamento)	Universidade Lusófona IEFP
Articulação com entidades parceiras (emails, social media, contactos vários durante todo o ano)	
Preleção e participação ativa em seminários e encontros presenciais e webinars	
Elaboração e Partilha de bases de dados e estatísticas, como sócios efetivos do CHI, MCE e ICMEC	
Participação como parceiros no projeto RADAR (Runaways)	

FINANCIAMENTOS ESPECÍFICOS / PROJETOS PONTUAIS

Instituto Português do Desporto e Juventude, IP
Projeto RADAR – Comissão Europeia

7.5.2. SOS-CRIANÇA

ATENDIMENTO PERSONALIZADO

OBJETIVOS GERAIS

- Avaliar e /ou acompanhar a nível psicológico, social e jurídico crianças e jovens em situações de vulnerabilidade;
- Promover a integração psicossocial da criança/jovem e família.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Realizar sessões de apoio psicológico;
- Definir e implementar um plano integrado de acompanhamento psicossocial da criança/jovem e família;
- Avaliar, através da observação clínica e de testes psicológicos, o estado emocional e cognitivo da criança/jovem;
- Definir estratégias de aconselhamento junto dos responsáveis legais da criança/jovem;
- Definir e implementar um plano de intervenção psicológica individual;
- Orientar e supervisionar estágios académicos de diversas Faculdades de Psicologia (ISPA, Faculdade Psicologia Lisboa, Universidade Lusófona, entre outras) e profissionais da Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP);
- Potenciar os recursos internos de cada indivíduo ou família;
- Encaminhar situações que exijam uma resposta a nível legal.

ATIVIDADES 2022	
Atividades	Parcerias Externas
ATENDIMENTO PERSONALIZADO	
Avaliação realizada através de bateria de testes psicológicos	
Reflexão com a criança/jovem/responsáveis legais sobre a situação-problema	
Sessões de Apoio Psicológico (sinalizações provenientes do Consultório Social, das linhas SOS-Criança, das escolas, diretamente de CPCJ ou outras instituições ou serviços)	OPP Faculdade de Psicologia
Definição de estratégias de apoio junto dos responsáveis legais - Aconselhamento às famílias	ISPA Universidade Lusófona IEFP
Supervisão de estágios académicos e profissionais	
Reuniões de acompanhamento e supervisão clínica	

FINANCIAMENTOS ESPECÍFICOS / PROJETOS PONTUAIS

Projeto “Luz Verde à Criança” CMLx (Em parte da Intervenção)

Instituto de Apoio à Criança

7.5.3. SOS-CRIANÇA

INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCATIVA

OBJETIVOS GERAIS

- Combater as desigualdades;
- Não tratar de forma igual o que é diferente;
- Diversificar a forma de ensinar/aprender;
- Promover a equidade;
- Tornar a escola inclusiva;
- Ensinar o aluno a pensar/reflectir;
- Promover competências/autonomia.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Aumentar a motivação, o bem estar e promover o desempenho/sucesso escolar das crianças; Permitir às crianças a oportunidade para serem elas mesmas, com as suas competências e interesses pessoais, tendo em conta estas variáveis aquando da transmissão de conhecimentos e na hora da avaliação, que se pretendem adaptadas e efectivamente individualizadas. Não eliminar a identidade dos estudantes, tratando-os como seres únicos;
- Prevenir situações de risco e/ou perigo; Apoiar, incentivar e dar liberdade aos professores para aplicarem aos seus alunos os métodos de ensino que lhes pareçam mais adequados a cada criança, criando níveis e tarefas diferentes, na mesma sala de aula/turma;
- Estabelecer planos de intervenção; Aumentar serenamente a participação dos alunos, sem ter por base a pressão para a avaliação;
- Sensibilizar a comunidade educativa a orientar e integrar nos currículos escolares outras aprendizagens úteis no dia-a-dia; Incentivar os alunos a determinarem as suas metas, com apoio e orientação;
- Criar uma relação empática com as crianças; Garantir que todos os alunos são respeitados nos seus direitos e que não são ofendidos com palavras ou violência, provenientes de professores, colegas ou funcionários;
- Estimular a curiosidade através da promoção de outras formas de ensino; Trabalhar as dinâmicas de sala de aula, de forma a promover a autonomia do aluno enquanto pessoa;
- Preparar os alunos para reflectir e resolver problemas da vida real; Promover o envolvimento e participação activa dos pais/tutores/encarregados de educação no sucesso escolar da criança; Considerar que o avanço é, sem dúvida, o principal motor de transformação, porém, não o único;
- Elucidar e reforçar que todas as disciplinas são de igual importância, valorizando os alunos nas áreas em que são efectivamente bons e/ou onde sentem ter mais competências, estimulando-os e promovendo o seu desenvolvimento;
- Ensinar e incentivar os alunos a pensarem e adquirirem conhecimento por conta própria, empoderando-os e promovendo o pensamento crítico.

ATIVIDADES 2022	
Atividades	Parcerias Externas
MEDIAÇÃO ESCOLAR / ESCOLA ALFAIATE	
Realização de ações de formação/sensibilização em contexto escolar:	
Sessões dos Direitos e Deveres; Sessões de Regras; Sessões de Higienização do sono; Sessões de Higiene Oral; Jornadas da Empatia; Sessões de alimentação; As Emoções; Diversidade Cultural; Riscos da Internet e Redes Sociais; Respeito pelo Corpo; Cyberbullying/Bullying; Prevenção dos Maus-tratos; A ajuda da CPCJ; Assinalar o mês da Família; A Família e a SCML; A criança Desaparecida e o SOS-Criança; O dia da Criança	Agrupamentos de Escolas Centros de Saúde Juntas de Freguesia PJ PSP CPCJ SCML OPP
Realização de sessões temáticas em contexto escolar sobre direitos e deveres da criança	Faculdade de Psicologia
Atuação em salas de aulas e nas escolas	
Acompanhamento individualizado de alunos sinalizados por problemas de comportamento	
Aconselhamento parental	
Criação e divulgação de Manual de Boas práticas	
Envolvimento dos jovens acompanhados em ações de caráter educativo/formativo	

FINANCIAMENTOS ESPECÍFICOS / PROJETOS PONTUAIS

Acordo Atípico Revalorizar – ISS, IP
 Projeto “Luz Verde à Criança” CMLx (Em parte da Intervenção)
 Projeto “Semear Afetos” – RAAML CMLx (Em processo de aprovação)

7.6. SERVIÇO JURÍDICO

FINALIDADE

Contribuir para o desenvolvimento integral da Criança, na Defesa e Promoção dos seus Direitos.

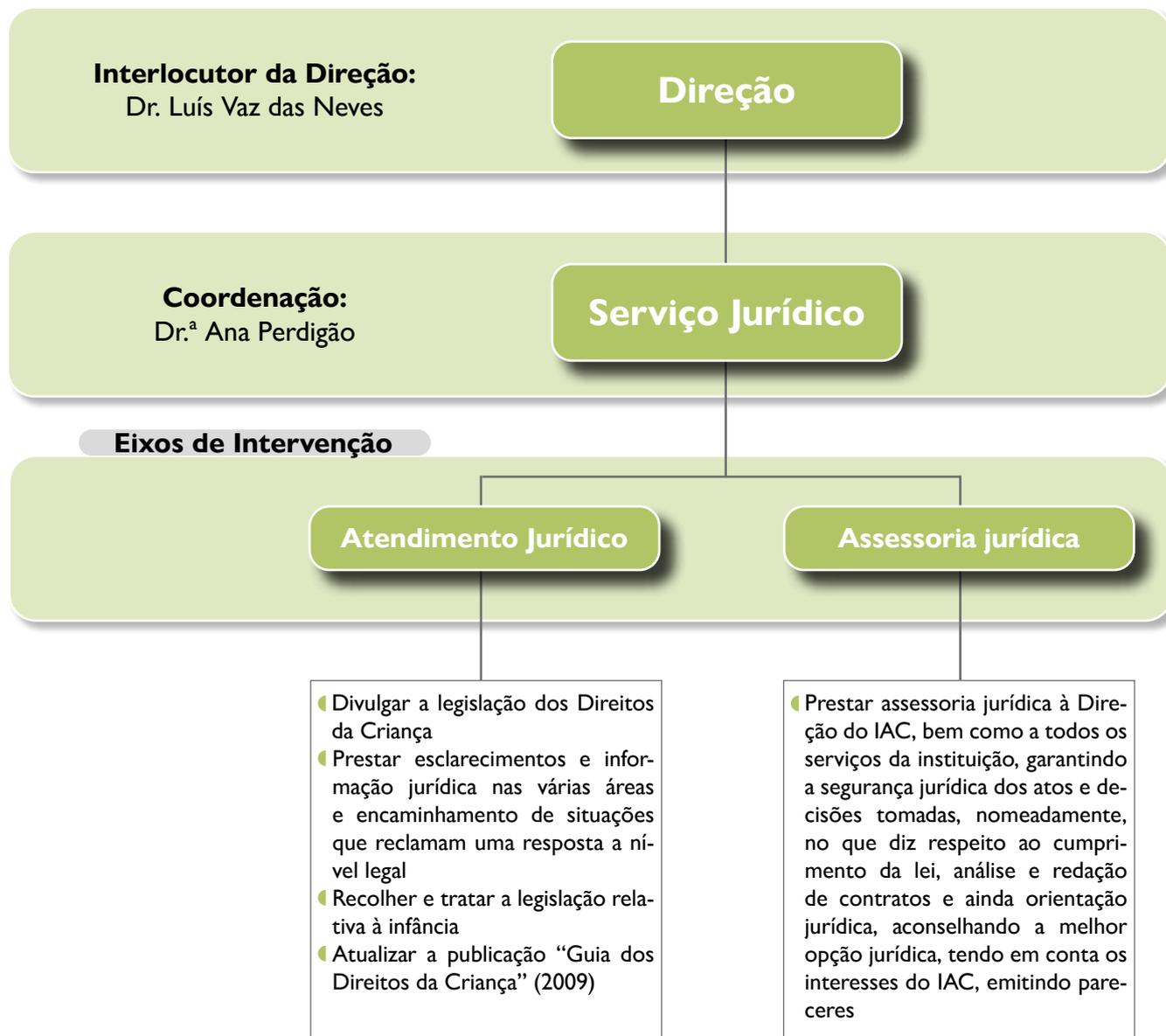
OBJETIVOS GERAIS

- Prestar esclarecimentos e informação jurídica nas várias áreas e encaminhamento de situações que reclamam uma resposta a nível legal;
- Prestar assessoria jurídica à Direção do IAC, bem como a todos os serviços da Instituição.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Divulgar a legislação sobre os Direitos da Criança;
- Prestar esclarecimentos e encaminhar situações que reclamam uma resposta legal;
- Recolher e tratar a legislação relativa à Infância;
- Actualizar a publicação “Guia dos Direitos da Criança”;
- Apoio Jurídico à casuística tratada pelos diversos serviços do IAC;
- Assegurar a segurança jurídica dos actos.

ORGANOGRAMA



Equipa

Docente e Assessor jurídico da Direção*: Nuno Domingues
Docente*: Teresa Varela

* Docente do Ministério de Educação destacado no IAC

ATIVIDADES 2022	
Atividades	Parcerias Externas
ATENDIMENTO JURÍDICO	
Atendimento de casos presenciais, por telefone, por escrito ou correio electrónico	
Orientação, encaminhamento e acompanhamento de situações concretas no âmbito da informação jurídica	CNPDPJ Tribunais
Preleção em Encontros, Seminários e Workshops, sobre os Direitos da Criança	Agrupamentos de Escolas IPSS CPCJ DGS
Realização de ações de formação sobre Violência Infantil junto de profissionais de saúde que integram as Equipas de Prevenção de Violência contra Adultos (EPVAS)	Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARS LVT)
Prestação de consultadoria a todos os profissionais de saúde que integram os Núcleos de Apoio à Criança e ao Jovem em Risco; Núcleos Hospitalares de Apoio à Criança e Jovem em Risco	Centros de Saúde e Hospitais com atendimento pediátrico Núcleos de Apoio à Criança e ao Jovem em Risco
Consultadoria e acompanhamento aos profissionais de saúde sempre que requererem	Núcleos Hospitalares de Apoio à Criança e Jovem em Risco
Colaboração com a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção da Criança e do Jovem enquanto formadora dos técnicos das diversas CPCJ(s)	Empresas
Realização de ações de formação junto de várias entidades (públicas e privadas) relativamente ao enquadramento legal do Sistema de Proteção da Criança e do Jovem	

ATIVIDADES 2022	
Atividades	Parcerias Externas
ASSESSORIA JURÍDICA	
Orientação e acompanhamento dos vários processos de natureza jurídica no âmbito do serviço de assessoria jurídica interna ao IAC, assegurando a segurança jurídica dos atos e decisões tomadas	3 instituições congéneres do IAC (Itália, Espanha e Roménia)
Emissão de pareceres jurídicos (tendo em conta os interesses do IAC)	
Análise e redação de contratos	
Projeto Justice Youthopia Disseminação dos resultados e dos produtos do projeto (Kit com informação sobre os Direitos da Criança)	

FINANCIAMENTOS ESPECÍFICOS / PROJETOS PONTUAIS

Projeto “Luz Verde à Criança” CMLx (Em parte da Intervenção)
Projeto Youthopia – Comissão Europeia



8.

PROJETOS

8. PROJETOS

- 8.1. **CONSCIOUS PARENT ACADEMY**
– REPLACEMENT PARENT URGENTLY NEEDED!
- 8.2. **+ DANÇA PARA CRESCER**
- 8.3. **EDUCA (CON)DADO**
- 8.4. **ESCOLA DE SEGUNDA OPORTUNIDADE**
EDUCAR E FORMAR PARA INSERIR – LISBOA
- 8.5. **GERAÇÕES ONLINE**
MEDIÇÃO JUVENIL
- 8.6. **IAC – INVESTIR, ATUALIZAR, CAPACITAR**
- 8.7. **JUSTICE YOUTHOPIA**
- 8.8. **LUZ VERDE À CRIANÇA**
- 8.9. **PROGRAMA PROINFÂNCIA**
- 8.10. **RADAR**

8.1. PROJETOS | CONSCIOUS PARENT ACADEMY – REPLACEMENT PARENT URGENTLY NEEDED!

DESCRIÇÃO

Algumas crianças, por diversos motivos, não podem viver com os seus pais, sendo necessário encontrar uma alternativa que garanta o bem-estar físico e emocional necessário para um desenvolvimento harmonioso. O Acolhimento Familiar constitui-se como uma medida de promoção dos direitos e de proteção das crianças, capaz de proporcionar um ambiente familiar de qualidade, garantindo a prestação de cuidados adequados às necessidades das crianças, uma relação afetiva segura e um modelo educativo essencial ao seu desenvolvimento integral.

A tarefa e a responsabilidade das famílias de acolhimento é uma questão ampla e complexa, requerendo apoio legal, social, emocional e educacional.

ÁREA DE INTERVENÇÃO | SOCIAL

PÚBLICO-ALVO

Profissionais – técnicos que apoiam as famílias de acolhimento, psicólogos, assistentes sociais, assistentes familiares e terapeutas.

Cuidadores – famílias de acolhimento e pessoas que efetivamente prestam os cuidados.

OBJETIVOS GERAIS

- Formação da equipa técnica que coordena o acolhimento familiar;
- Formação para as famílias de acolhimento e outros cuidadores;
- Desenvolvimento de um Guia para os profissionais;
- Desenvolvimento de materiais que promovam o acolhimento familiar;
- Criação de grupos de suporte e de um pacote de formações sobre o acolhimento familiar.

ÂMBITO | INTERNACIONAL (EUROPEU)

DINAMIZADOR DO PROJETO | ÁREA DO CONHECIMENTO E FORMAÇÃO
ÁREA DA COOPERAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL

FONTES DE FINANCIAMENTO | ERASMUS+
PROJECT NUMBER 2020-1-PL01-KA204-082283

GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO IAC

ENTIDADE PROMOTORA



ENTIDADE PARCEIRA



IDENTIFICAÇÃO DE PARCERIAS EXTERNAS

Fundação de Educação SMART (Fundacja na rzecz edukacji – SMART; Coordenação), Polónia; Centro Municipal de Bem-Estar Social (Miejski Ośrodek Pomocy Społecznej w Żorach, MOPS), Polónia; Instituição Pública – Academia Minha Família (Viešoji įstaiga Mano šeimos akademija), Lituânia.

ARTICULAÇÃO ENTRE SERVIÇOS INTERVENIENTES E ÁREAS TRANSVERSAIS

Área do Conhecimento e Formação; Área da Cooperação Nacional e Internacional; Área do Marketing, Comunicação e Projetos; Projecto Rua; Polo Coimbra (Rede Construir Juntos)

PERÍODO DE EXECUÇÃO

OUTUBRO 2020 A JUNHO 2023 (3 ANOS)

8.2. PROJETOS | + DANÇA PARA CRESCER *

DESCRIÇÃO

O projeto engloba 5 componentes:

- (C1)-Desenvolvimento de Plano Metodológico de Intervenção;
- (C2)-Iniciativas de Empoderamento Económico;
- (C3)-Competição de Dança Inclusiva Intercomunidades;
- (C4)-Gestão de projeto;
- (C5)-Componente de capacitação.

Na primeira fase, a C1 compreende todo o processo de desenvolvimento do plano metodológico de intervenção a adotar, que terá por base a adoção da Resolução 58/5 das Nações Unidas (2003) que estabelece atividades desportivas como abordagem intervencionista para mudanças e transformações fundamentais nas comunidades, ao projeto. Este plano metodológico desdobrar-se-á em um momento de assessment ao grupo-alvo para captação de características individuais (perfil comportamental, inteligência emocional, personalidade e traços motivacionais) e coletivas das comunidades (culturais); definição do cenário de referência e posterior aproximação, acompanhamento e monitorização de todo o processo, a decorrer ao longo do projeto; por fim, serão analisados os resultados, tiradas conclusões para a finalização da metodologia final deste projeto piloto. A C2 será a componente mais crítica do projeto, pela materialização de um plano de ações de empoderamento e de competências sociais tendo como base a dança e atividades complementares e, ainda, de potenciar a identificação, acompanhamento e monitorização (C1). Assim, prevê-se numa primeira abordagem captar os talentos dos jovens na área da Dança, DJ, Stylist, Make-up, Hairstyling e Fotografia, para, depois, desenvolver ações nessas áreas. A C3 envolve por um lado o evento de apresentação do projeto e respetivas ações de divulgação nas comunidades alvo, assim como um evento de lançamento, por comunidade. Por outro lado, terá o evento final que será uma competição de dança inclusiva, com a participação de todos os jovens e que será o resultado de todo o trabalho feito na C2. No decorrer deste processo haverá ainda momentos de reportagem fotográfica levada a cabo em workshops de um artista de renome para posterior publicação em apresentação digital. A C4 compreende a gestão do projeto, desde o setup e planeamento das ações e ainda gestão administrativa e financeira, a decorrer até ao final do projeto. Finalmente, a C5 compreende a componente de capacitação e diz respeito à criação de um instrumento de avaliação de projetos sociais e suas métricas (Atividade 4 do Plano de Ação).

PÚBLICO-ALVO

100 jovens em risco de exclusão social, com idades entre os 10 e os 18 anos, de 4 comunidades de contextos adversos.

OBJETIVOS GERAIS

Este projeto visa, sobretudo, apoiar e empoderar 100 crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social, das 4 comunidades piloto do projeto. No que respeita aos objetivos SMART, objetivam-se os seguintes:

- Levar a cabo 400 ações de empoderamento e capacitação abrangendo pelo menos 100 jovens e crianças (Dança, DJ, Stylist, Make-up, Hairstyling e Fotografia);
- Criar e publicar 1 apresentação digital do projeto: com o contributo do fotógrafo de renome em workshops, será elaborado e publicado no website IAC/redes sociais, um documento digital com fotografias do projeto e suas ações, captadas pelos jovens e crianças envolvidas, naturalizando percursos e resumindo resultados alcançados;
- Reforçar a Rede Construir Juntos com pelo menos mais 3 parceiros até ao fim do projeto para posterior replicação do mesmo;
- Desenvolvimento de 1 Plano Metodológico de Intervenção através de atividades desportivas com vista à aproximação e ao desenvolvimento social do grupo alvo, para replicação futura.

ÂMBITO | NACIONAL (LOCAL/REGIONAL: B.º DO CONDADO; B.º DO ZAMBUJAL; B.º DE CAMARATE; FEIJÓ/LARANJEIRO)

DINAMIZADOR DO PROJETO | IAC: PROJECTO RUA E ÁREA DA COOPERAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL
EXTERNO: ASSOCIAÇÃO ENSAIO D’ELOGIOS

FONTES DE FINANCIAMENTO | EEA GRANTS, GERIDO PELA FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, EM CONSÓRCIO COM A FUNDAÇÃO BISSAYA BARRETO

GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO IAC

ENTIDADE PROMOTORA	<input checked="" type="checkbox"/>	ENTIDADE PARCEIRA	<input type="checkbox"/>
--------------------	-------------------------------------	-------------------	--------------------------

IDENTIFICAÇÃO DE PARCERIAS EXTERNAS

Associação Ensaio D’Elogios (copromotora);

Parceiros (não financeiros): Cazambujal; CESIS; TECHARI e Junta de Freguesia do Laranjeiro e Feijó

ARTICULAÇÃO ENTRE SERVIÇOS INTERVENIENTES E ÁREAS TRANSVERSAIS

Área do Marketing e Comunicação

PERÍODO DE EXECUÇÃO

DE 01 DE MARÇO DE 2022 A 31 DE OUTUBRO DE 2023

** Projeto ainda em processo de aprovação*

8.3. PROJETOS | EDUCA (CON)DADO

DESCRIÇÃO

Focado na educação e inclusão social, este projeto destina-se a crianças e jovens dos 10 aos 18 anos, do B.º do Condado, com a sua progressão escolar em risco. Envolvendo parceiros e famílias, visa reduzir as desigualdades no acesso às aprendizagens e o ciclo de pobreza e exclusão social.

Pretendemos criar um espaço com recursos informáticos para fomentar hábitos de estudo, desenvolver competências pessoais e sociais e a educação entre pares, com a participação de jovens mediadores comunitários.

ÁREA DE INTERVENÇÃO | EDUCAÇÃO E SOCIAL

PÚBLICO-ALVO

Os destinatários do projeto são crianças e jovens, com idades compreendidas entre os 10 e os 18 anos, residentes no Bairro do Condado, com a sua progressão escolar em risco, caracterizados pelo absentismo, retenções sucessivas, fraca participação nas atividades de enriquecimento curricular e abandono escolar precoce.

O projeto prevê acompanhar 60 crianças e jovens de forma mais sistemática e cerca de 100 de uma forma mais pontual, estes últimos enquanto beneficiários das ações de capacitação a desenvolver em contexto escolar.

OBJETIVO GERAL

– Contribuir para a prevenção e a diminuição do abandono e absentismo escolar, promovendo o sucesso educativo e a inclusão de crianças e jovens, entre os 10 e 18 anos, residentes no Bairro do Condado. Sustentado em respostas comunitárias de proximidade e partindo do “elevador social” que é a educação, este projeto visa quebrar o ciclo de pobreza e de exclusão social a que estas crianças estão sujeitas.

ÂMBITO | NACIONAL (LOCAL: BAIRRO DO CONDADO, FREGUESIA DE MARVILA)

DINAMIZADOR DO PROJETO | PROJECTO RUA – EM FAMÍLIA PARA CRESCER

FONTES DE FINANCIAMENTO | FINANCIADO PELO FSE AO ABRIGO DOS CONCURSOS PROJETOS INOVADORES E/OU EXPERIMENTAIS NA ÁREA SOCIAL.

GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO IAC

ENTIDADE PROMOTORA



ENTIDADE PARCEIRA



IDENTIFICAÇÃO DE PARCERIAS EXTERNAS

Rede de Desenvolvimento Local de Base Comunitária

ARTICULAÇÃO ENTRE SERVIÇOS INTERVENIENTES E ÁREAS TRANSVERSAIS

Área da Cooperação Nacional e Internacional e Área do Marketing e Comunicação

PERÍODO DE EXECUÇÃO

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020 A 1 DE JANEIRO DE 2023

8.4. PROJETOS | ESCOLA DE SEGUNDA OPORTUNIDADE EDUCAR E FORMAR PARA INSERIR – LISBOA

DESCRIÇÃO

Esta é uma resposta sócio educativa, desenvolvida em parceria e em estreita colaboração e articulação entre os parceiros envolvidos. Está alinhada com as medidas de política do Estado, no âmbito da educação inclusiva e visa o combate ao abandono escolar, aos comportamentos desviantes, ao risco de exclusão social, promovendo a justiça social e a igualdade de oportunidades.

ÁREA DE INTERVENÇÃO | EDUCAÇÃO, EM COMPLEMENTARIDADE COM A ÁREA SOCIAL E JURÍDICA

PÚBLICO-ALVO

Jovens com idades entre os 15 e os 18 anos de idade, em situação de abandono escolar há pelo menos 1 ano ou absentismo grave, com medidas de Promoção e Proteção ou Tutelares Educativas e para os quais já foram esgotadas todas as respostas na área da educação.

OBJETIVO GERAL

– Assegurar uma intervenção adequada às necessidades, expectativas e interesses dos jovens que permita o cumprimento da escolaridade obrigatória, a promoção da autonomia e a integração social dos mesmos, por forma a contribuir para a construção de um percurso de vida saudável.

ÂMBITO | NACIONAL

DINAMIZADOR DO PROJETO | PROJECTO RUA – EM FAMÍLIA PARA CRESCER

FONTES DE FINANCIAMENTO | PROJETO LUZ VERDE À CRIANÇA (CMLX)

GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO IAC

ENTIDADE PROMOTORA



ENTIDADE PARCEIRA



IDENTIFICAÇÃO DE PARCERIAS EXTERNAS

O Protocolo de colaboração foi assinado entre a DGESTE (Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares), a C.M.Lx (Câmara Municipal de Lisboa) e o Agrupamento de Escolas Eça de Queirós.

ARTICULAÇÃO ENTRE SERVIÇOS INTERVENIENTES E ÁREAS TRANSVERSAIS

Marketing, Comunicação e Projetos; SOS Criança; Cooperação Nacional e Internacional; Conhecimento e Formação.

PERÍODO DE EXECUÇÃO

DE OUTUBRO 2021 ATÉ JULHO 2022 (ATUAL ANO LETIVO / RENOVÁVEL)

8.5. PROJETOS | GERAÇÕES ONLINE * MEDIÇÃO JUVENIL

DESCRIÇÃO

O mundo digital traz inúmeras potencialidades e possibilidades, contudo, comporta também um lado mais perverso, de perigos e ameaças. Neste seguimento, surge a necessidade de trabalhar com as famílias/educadores de modo a alertar e sensibilizar para os perigos que surgem camuflados e de forma latente e mostrar que proibir o acesso à internet não é solução, pois é importante que as crianças e jovens sejam instruídos a detetar os perigos e defender-se. Além disso, o ambiente digital, tal como foi anteriormente referido, é uma ferramenta benéfica para o desenvolvimento e aprendizagem, desde que explorado de forma segura. O risco existe e a melhor forma de o superar é aprender a lidar com ele.

Ao abordar o ambiente digital e as suas potenciais ameaças, é obrigatório evocar os Direitos da Criança e como estes direitos devem ser estendidos ao mundo digital.

Este projeto vem na sequência dos projetos Mala VIP – Vivacidade, Inovação e Participação e Jovens VIP. Através do desenvolvimento e concretização desta nova etapa, acredita-se que sejam desenvolvidas competências em duas vertentes diferentes: capacitar os jovens da RJCJ do pólo de Lisboa, escutando-os e dando voz às suas vivências pessoais; sensibilizar e educar crianças/jovens e os seus pais/educadores para o lado positivo do mundo digital e, sobretudo, alertar e fomentar comportamentos e atitudes preventivas perante as potenciais ameaças do digital.

Desta forma, os jovens da RJCJ, que são acompanhados pelo IAC e envolvidos no presente projeto, continuam a treinar e a desenvolver as competências necessárias para o pleno exercício da cidadania e para o direito à participação, promovendo ações e contribuindo de forma empreendedora para o bem-estar de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade.

A partilha de boas práticas entre os jovens agentes de mudança, bem como dos materiais a criar, serão essenciais para o impacto deste projeto de capacitação e para a promoção dos Direitos da Criança em ambiente digital.

ÁREA DE INTERVENÇÃO | EDUCAÇÃO E SOCIAL

PÚBLICO-ALVO

Crianças e jovens com idades compreendidas entre os 8 e 18 anos de idade de ambos os sexos e de ascendência cultural diversificada, do concelho de Lisboa;

- Provenientes de contextos social e economicamente vulneráveis, com algumas problemáticas identificadas;
- Famílias/educadores de crianças sinalizadas pelo Projeto “Escola Alfaiate”, em algumas escolas do concelho de Lisboa;
- Crianças e jovens da Rede Juvenil Crescer Juntos do polo de Lisboa, do IAC.

OBJETIVO GERAL

- Refletir sobre os comportamentos a ter em ambiente digital e promover a adequação desses mesmos comportamentos de forma a permitir a utilização segura na internet;
- Sensibilizar as crianças e os jovens para uma utilização segura da internet, promovendo a educação de pares;
- Partilha e sensibilização intergeracional de uma correta utilização da internet;
- Promover o exercício do direito à participação, de forma consciente, informada e responsável.

ÂMBITO | CONCELHIO (MUNICÍPIO DE LISBOA)

DINAMIZADOR DO PROJETO | COOPERAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL

FONTES DE FINANCIAMENTO | RAAML (CMLX)

GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO IAC

ENTIDADE PROMOTORA



ENTIDADE PARCEIRA



IDENTIFICAÇÃO DE PARCERIAS EXTERNAS

C.M.Lx (Câmara Municipal de Lisboa).

ARTICULAÇÃO ENTRE SERVIÇOS INTERVENIENTES E ÁREAS TRANSVERSAIS

Projecto Rua; Sos-Criança; Marketing, Comunicação & Projetos.

PERÍODO DE EXECUÇÃO

O PROJETO AGUARDA APROVAÇÃO. TEM A DURAÇÃO DE 12 MESES

** Projeto ainda em processo de aprovação*

8.6. PROJETOS | IAC - INVESTIR, ATUALIZAR, CAPACITAR

DESCRIÇÃO

A prioridade do IAC foi sempre a intervenção direta com os diversos grupos-alvo com os quais intervém, o desenvolvimento de metodologias inovadoras e o estabelecimento de parcerias e redes, o que o tornou numa instituição de referência a nível nacional e internacional na área dos Direitos da Criança.

Tendo o IAC sempre feito um trabalho de excelência no acompanhamento das questões relativas à infância, urge agora focar-se na gestão interna da organização, de modo a posicionar-se no topo das práticas de eficácia e eficiência, garantindo uma melhor intervenção junto dos seus grupos-alvo.

Este projeto insere-se no Eixo 4 do Programa Cidadãos Ativ@s – reforçar a capacidade e sustentabilidade da sociedade civil que tem como principal objetivo fortalecer o papel das ONG na sociedade, contribuindo para a sua independência e capacidade de resposta aos problemas da sociedade.

ÁREA DE INTERVENÇÃO | ORGANIZACIONAL

PÚBLICO-ALVO

Colaboradores do Instituto de Apoio à Criança.

OBJETIVOS GERAIS

- Melhorar os processos de organização interna (mapeamento de processos, regulamentos internos, procedimentos técnicos/administrativos e mecanismos de comunicação interna);
- Aumentar a eficácia de resposta dos colaboradores, através da sua capacitação em áreas consideradas prioritárias pelos mesmos;
- Criar um sistema de doadores regulares, para aumentar o volume de donativos particulares e contribuir para garantir a sustentabilidade do IAC;
- Desenvolver instrumentos de monitorização e avaliação de atividades, para avaliação do impacto da intervenção;
- Criar condições para obter o certificado de Gestão da Qualidade.

ÂMBITO | NACIONAL

DINAMIZADOR DO PROJETO | MARKETING, COMUNICAÇÃO E PROJETOS

FONTES DE FINANCIAMENTO | ACTIVE CITIZENS FUND - EEAGRANTS

GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO IAC

ENTIDADE PROMOTORA



ENTIDADE PARCEIRA



IDENTIFICAÇÃO DE PARCERIAS EXTERNAS

Siemens

ARTICULAÇÃO ENTRE SERVIÇOS INTERVENIENTES E ÁREAS TRANSVERSAIS

Todos os Serviços Intervenientes, Áreas Transversais, Serviços Administrativos e Direção

PERÍODO DE EXECUÇÃO

DE JUNHO DE 2021 A NOVEMBRO DE 2022

8.7. PROJETOS | JUSTICE YOUTHOPIA

DESCRIÇÃO

Trata-se de um projeto europeu apoiado pela Comissão Europeia no âmbito da Justiça Amiga das Crianças.

ÁREA DE INTERVENÇÃO | JUSTIÇA

PÚBLICO-ALVO

Crianças envolvidas no projeto, juristas (Advogados, Magistrados Judiciais e do Ministério Público) e outros técnicos do sistema de justiça.

OBJETIVOS GERAIS

- Implementação de um gabinete piloto de apoio à criança, de natureza jurídico-social, num tribunal de família e menores;
- Criação de um kit com informação sobre os direitos da criança, a ser desenvolvido com a ajuda de crianças;
- Realização de uma conferência nacional sobre o tema da participação da criança.

ÂMBITO | NACIONAL E EUROPEU

DINAMIZADOR DO PROJETO | SERVIÇO JURÍDICO

FONTES DE FINANCIAMENTO | COMISSÃO EUROPEIA DG JUSTICE AND CONSUMERS

GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO IAC

ENTIDADE PROMOTORA



ENTIDADE PARCEIRA



IDENTIFICAÇÃO DE PARCERIAS EXTERNAS

Save the Children (Itália); La Merced Migraciones Fundacion (Espanha); Save the Children (Roménia)

ARTICULAÇÃO ENTRE SERVIÇOS INTERVENIENTES E ÁREAS TRANSVERSAIS

Serviço Jurídico; Cooperação Nacional e Internacional; Actividade Lúdica e Humanização dos Serviços de Atendimento à Criança; Projecto Rua e SOS-Criança

PERÍODO DE EXECUÇÃO

01 DE JANEIRO DE 2020 A 31 DE MARÇO DE 2022

8.8. PROJETOS | LUZ VERDE À CRIANÇA

DESCRIÇÃO

O Projeto Luz Verde à Criança surge da necessidade de uma intervenção concertada ao nível do município que cumpra o preconizado na Convenção sobre os Direitos da Criança.

O Instituto de Apoio à Criança propôs-se cumprir um conjunto de ações que reúnem recursos e potencialidades dos diferentes agentes intervenientes e que colmatam algumas lacunas identificadas em domínios como a educação, a saúde, a justiça, os serviços sociais e os espaços públicos.

O Projeto Luz Verde à Criança tem como objetivo geral “Promover o respeito e a defesa dos Direitos da Criança, com especial enfoque nas que estão em situação de vulnerabilidade ou perigo, numa lógica de participação ativa, estimulando parcerias e a intervenção em rede no município de Lisboa”.

ÁREA DE INTERVENÇÃO | EDUCAÇÃO, SOCIAL, JURÍDICO E SAÚDE

PÚBLICO-ALVO

Crianças e famílias residentes na cidade de Lisboa; profissionais de educação e de saúde de instituições do Município.

OBJETIVOS GERAIS

● Eixo - Sociedade em geral

- Sensibilizar para a importância dos Direitos da Criança e do seu pleno desenvolvimento, na área do Município de Lisboa;
- Apoiar o Município de Lisboa na divulgação de boas práticas, na disponibilização de suporte direto técnico e materiais de apoio ao trabalho direto com as crianças e na dinamização de eventos e iniciativas que fomentem a participação de crianças e jovens em todo o processo.

● Eixo - Interventores sociais

- Desenvolver ações de sensibilização/formação subordinadas ao tema dos direitos das crianças que previnam e alertem para situações de risco e vulnerabilidade em crianças e jovens no Município de Lisboa;
- Sensibilizar instituições e serviços para a importância da humanização do atendimento à criança, promovendo a reflexão sobre “ambientes amigos das crianças”.

● Eixo - Criança/Jovem/Família/Comunidade

- Dinamizar programas específicos de intervenção educativa - formal e não-formal -, adaptados às necessidades das crianças, nomeadamente, “Escola Alfaiate”, “Aprender na Rua” e “Educar e Formar para Inserir”;

- Dinamizar redes interinstitucionais para estimular as relações da criança com a escola, a família, as instituições e a comunidade em geral, de forma a intervir precocemente nas situações de desigualdade que prejudicam o bom aproveitamento das crianças;
- Organizar e manter em atividade equipas multidisciplinares de trabalho com crianças em risco e em situação de pobreza, respetivas famílias e comunidade envolvente, do Município de Lisboa, garantindo a articulação com as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens de Lisboa e o apoio na implementação de medidas de promoção e proteção;
- Promover ações de educação para a participação e voluntariado, dirigidos às crianças e jovens do Município de Lisboa, nomeadamente através da Rede Juvenil “Crescer Juntos”.

Eixo - Espaço Luz Verde à Criança

- Dinamizar um consultório social para o atendimento psicológico, social e jurídico de situações diagnosticadas, com especial incidência nas crianças e jovens em situação de risco, com suporte numa rede interinstitucional no município de Lisboa;
- Avaliar e intervir ou encaminhar todas as situações de crianças, jovens e famílias identificadas/ sinalizadas ao IAC.

ÂMBITO | NACIONAL (CIDADE DE LISBOA)

DINAMIZADOR DO PROJETO | IAC

FONTES DE FINANCIAMENTO | CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO IAC

ENTIDADE PROMOTORA



ENTIDADE PARCEIRA



IDENTIFICAÇÃO DE PARCERIAS EXTERNAS

Câmara Municipal de Lisboa

ARTICULAÇÃO ENTRE SERVIÇOS INTERVENIENTES E ÁREAS TRANSVERSAIS

Cooperação Nacional e Internacional; Conhecimento e Formação; Marketing, Comunicação e Projetos; Actividade Lúdica; Humanização dos Serviços de Atendimento à Criança; Projecto Rua; Serviço Jurídico e SOS-Criança

PERÍODO DE EXECUÇÃO

JULHO DE 2021 A JULHO DE 2022 (3.º ANO DE UM PROJETO DE CONTINUIDADE)

8.9. PROJETOS | PROGRAMA PROINFÂNCIA

DESCRIÇÃO

O Programa Proinfância é uma iniciativa da Fundação “la Caixa” dirigida a crianças e jovens em situação de pobreza económica e vulnerabilidade social, com a finalidade de promover e apoiar o seu desenvolvimento integral, favorecendo e apoiando políticas de melhoria da equidade, da coesão social e da igualdade de oportunidades para as crianças e jovens e para as suas famílias.

ÁREA DE INTERVENÇÃO | EDUCAÇÃO, SOCIAL E SAÚDE

PÚBLICO-ALVO

Crianças e jovens entre os 0 e os 18 anos cujas famílias, em situação de pobreza económica relativa ou extrema, estejam ou sejam suscetíveis de estar a receber apoio e/ou acompanhamento social, e apresentem carências nas suas necessidades sociais.

OBJETIVOS GERAIS

- Promover o desenvolvimento das competências da criança ou jovem e da sua família, para melhorar os seus processos de inclusão social e autonomia;
- Promover o desenvolvimento social e educativo da criança no seu contexto familiar, escolar e social;
- Desenvolver e implementar um modelo integral de ação social e educativa que contribua pra melhorar as oportunidades de desenvolvimento social e educativo das crianças e das suas famílias.

ÂMBITO | NACIONAL (LOCAL: MARVILA)

DINAMIZADOR DO PROJETO | PROJECTO RUA

FONTES DE FINANCIAMENTO | BPI – FUNDAÇÃO “LA CAIXA”

GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO IAC

ENTIDADE PROMOTORA



ENTIDADE PARCEIRA



IDENTIFICAÇÃO DE PARCERIAS EXTERNAS

Nuclisol (entidade coordenadora e prestadora de serviços) Associação Tempo de Mudar; Centro Social Paroquial São Maximiliano Kolbe; Associação A Par (entidades prestadoras de serviços na rede Proinfância de Marvila)

ARTICULAÇÃO ENTRE SERVIÇOS INTERVENIENTES E ÁREAS TRANSVERSAIS

SOS Criança; Cooperação Nacional e Internacional

PERÍODO DE EXECUÇÃO

INÍCIO EM JANEIRO DE 2021

8.10. PROJETOS | RADAR

DESCRIÇÃO

O projeto RADAR visa sensibilizar a sociedade, nomeadamente os interventores sociais para uma melhor compreensão sobre o fenómeno das fugas de casa ou de instituição de acolhimento, nomeadamente promovendo a mudança de paradigma face à fuga, sendo esta entendida, não como problema comportamental, mas sim um comportamento consequente de experiências adversas vividas na infância.

Pretende ainda a recolha de dados junto das linhas de apoio a crianças e a identificação de boas práticas no âmbito da prevenção e na proteção de crianças com episódios de fuga.

ÁREA DE INTERVENÇÃO | SOCIAL

PÚBLICO-ALVO

Adolescentes e jovens que efetuaram fugas de casa ou instituição; profissionais que trabalham com crianças em situação de risco.

OBJETIVOS GERAIS

● No âmbito da Pesquisa

- Compreender as experiências adversas da infância que levam as crianças e os adolescentes a fugir;
- Recolher dados de linhas diretas de apoio a crianças de, pelo menos, 20 países da EU;
- Explorar de que forma os sistemas de proteção podem apoiar a criança;
- Mapear profissionais e stakeholders relevantes nos diferentes Estados Membros para participação em ações de capacitação;
- Identificar boas práticas para a prevenção, apoio e proteção de crianças que fogem.

● No âmbito da Formação

- Desenvolver ferramentas de trabalho para profissionais que os ajudem a melhor compreender este fenómeno;
- Organizar ações de formação para profissionais;
- Promover a transferibilidade de boas práticas.

● No âmbito de Advocacy e Participação

- Organizar campanhas de sensibilização;
- Desenvolver um curso **online** para divulgação das ações;
- Apresentar Recomendações junto de órgãos estratégicos;
- Promover encontros entre as crianças e os decisores para assegurar e promover o Direito de Participação.

ÂMBITO | INTERNACIONAL (EUROPEU)

DINAMIZADOR DO PROJETO | COOPERAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL

FONTES DE FINANCIAMENTO | COMISSÃO EUROPEIA DG JUSTICE AND CONSUMERS

GRAU DE PARTICIPAÇÃO DO IAC

ENTIDADE PROMOTORA



ENTIDADE PARCEIRA



IDENTIFICAÇÃO DE PARCERIAS EXTERNAS

Missing Children Europe (entidade promotora); Liège Université; Child Focus; Child Helpline International; Fundacja ITAKA (Polónia); The Smile of the Child (Grécia)

ARTICULAÇÃO ENTRE SERVIÇOS INTERVENIENTES E ÁREAS TRANSVERSAIS

Cooperação Nacional e Internacional; SOS-Criança e Projecto Rua (CDIJ)

PERÍODO DE EXECUÇÃO

ABRIL DE 2020 E TEM A DURAÇÃO DE 2 ANOS



9.

ORÇAMENTO
PARA 2022

PREÂMBULO

Nos termos consignados nos Estatutos do Instituto de Apoio à Criança, com o número de pessoa coletiva 501 377 662 e sede social na Av. da República, n.º 21, Lisboa, vem a Direção do Instituto de Apoio à Criança, por este meio, apresentar, para aprovação, o Orçamento para o exercício de 2022.

ÍNDICE

- 9. ORÇAMENTO PARA 2022**
- 9.1. INTRODUÇÃO**
- 9.2. INVESTIMENTOS A REALIZAR EM 2022**
- 9.3. RECEITAS**
- 9.4. PESSOAL**
- 9.5. CUSTOS DE FUNCIONAMENTO**
- 9.6. ORÇAMENTO RESUMO**

9.1. INTRODUÇÃO

O presente documento deverá, em todas as circunstâncias, ser lido e analisado em conjunto com o Relatório de Atividade preparado pelo Instituto de Apoio à Criança (adiante designado por IAC ou simplesmente por Instituto).

O documento tem como finalidade a apresentação do orçamento do IAC para o exercício de 2022, sendo explicada a forma de apuramento das receitas e dos custos previstos face aos dados que são conhecidos no momento da sua elaboração.

No cumprimento das suas atividades, o IAC desenvolve vários projetos resultando em distintos acordos ou protocolos que, embora fundamentais para a sua missão de dar voz as Crianças e promover e defender os seus direitos, não são suficientes. As receitas obtidas

pelo IAC não são, no seu conjunto, suficientes uma vez que os protocolos e acordos estabelecidos não fazem face a todas as despesas que o Instituto realiza no seu dia a dia. O orçamento espelha a estimativa de um conjunto de resultados não operacionais para fazer face aos custos não comportados pela totalidade desses acordos. Este valor expõe a incerteza de obtenção e revela o esforço e empenho de todo o IAC na sua angariação.

No que respeita aos custos de funcionamento e custos com pessoal, podemos destacar o contexto atual vivido durante os anos de 2020 e 2021 tendo estes, dificultado a execução de novos projetos, assim como, a realização de atividades com as crianças.

9.2. INVESTIMENTOS A REALIZAR EM 2022

Para que as atividades em 2022 decorram na sua plenitude e sejam assegurados os objetivos propostos, foi identificado um conjunto de investimentos necessários, conforme apresentados no quadro seguinte:

Investimentos	Sector	Valor de aquisição	Vida útil (em anos)	Depreciação anual
Mobiliário	Marketing	2 000,00 €	*	*
Frigorífico	Polo de Coimbra	300,00 €	4	75,00 €
Ar condicionado	Consultório Social	2 500,00 €	4	625,00 €
Total		4 800,00 €		700,00 €

De referir que o valor previsto para os investimentos respeita, essencialmente, à aquisição de mobiliário e um ar condicionado. Os investimentos indicados são aqueles que não se encontram afetos a projetos em curso ou novos projetos.

9.3. RECEITAS

Para o exercício de 2022, o IAC prevê obter receitas no valor total de 1.961.908€, conforme se detalha de seguida:

9.3.1. Receitas operacionais

As principais fontes de receita do Instituto manter-se-ão idênticas às obtidas nos exercícios anteriores, sendo os Acordos Atípicos e Protocolos Ministeriais celebrados as mais significativas.

De referir que, à data da execução do orçamento, é desconhecida a participação futura do IAC em novos projetos.

De seguida, apresentam-se os valores das receitas previstas para o exercício de 2022 por diferentes tipos de financiamento:

Rubricas	Valor 2021	Inflação 2022	Valor previsto para 2022
Acordos			
Acordo Atípico Segurança Social	741 036 €	2,2%	757 339 €
Protocolo interministerial			
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social	79 132 €	2,2%	80 873 €
Ministério da Justiça	99 992 €	2,2%	102 191 €
Ministério da Saude	151 937 €	2,2%	155 280 €
Ministério da Educação	82 644 €	2,2%	84 462 €
Ministério da Juventude	0 €		0 €
Ministério da Administração Interna	72 500 €		72 500 €
Instituto Português da Juventude	40 000 €		40 000 €
Candidaturas			
Projetos em candidatura			
Projeto em candidatura - RAAML - CM Lisboa*			35 000 €
Ensaio D'elogios			30 372 €
Proinfância			11 808 €
Projetos em curso			
Luz Verde (Protocolo CM Lisboa)	85 665 €		248 564 €
RADAR (U.E - Rights, Equality and Citizenship)	36 555 €		20 561 €
Justice Youth (U.E)	66 362 €		30 545 €
EducaCONDado (Rede DLBC)	11 238 €		122 906 €
Projeto Calouste Gulbenkian (EEA Grants)	20 112 €		46 929 €
Cabo verde	2 616 €		1 744 €
Parent Project_Conscious Parent Academy	9 500 €		15 834 €
Outros			
Donativos e heranças	45 800 €		50 000 €
Consignação de IRS	26 901 €		25 000 €
Quotas	1 825 €		3 500 €
Formações	3 931 €		4 000 €
Merchandising			5 000 €
Ser Solidário	947 €		0 €
Rendas recebidas			17 500 €
Total	1 578 693 €		1 961 908 €

* *Projeto ainda não aprovado*

Conforme referido no quadro anterior, as receitas a obter no exercício de 2022 provenientes de acordos e protocolos foram calculadas tendo por base o valor auferido no exercício de 2021, acrescido de uma taxa de inflação de 2,2% (valor previsto pelo Banco de Portugal).

As restantes receitas são as que resultam dos valores previstos nos projetos indicados.

Apresenta-se de seguida a repartição dos proveitos por setor:

Rubricas	Valor 2021	Inflação 2022	Valor previsto para 2022	10	20	30	40	50	60	70	Total
				Serviços Gerais	Áreas Transversais	Actividade Lúdica / Humanização	Polo Coimbra	Projeto Rua "Em Família para Crescer"	S.O.S Criança	Serviço Jurídico	
Acordos											
Acordo Atípico Segurança Social	741 036 €	2,2%	757 339 €	0 €	0 €	0 €	0 €	634 774 €	122 565 €	0 €	757 338 €
Protocolo interministerial											
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social	79 132 €	2,2%	80 873 €	8 000 €	29 500 €	6 500 €	4 000 €	12 000 €	18 373 €	2 500 €	80 873 €
Ministério da Justiça	99 992 €	2,2%	102 191 €	0 €	0 €	0 €	0 €	22 143 €	63 474 €	16 574 €	102 191 €
Ministério da Saúde	151 937 €	2,2%	155 280 €	0 €	22 279 €	85 354 €	0 €	29 764 €	17 883 €	0 €	155 280 €
Ministério da Educação	82 644 €	2,2%	84 462 €	0 €	10 302 €	5 151 €	7 211 €	31 962 €	29 836 €	0 €	84 462 €
Ministério da Juventude	0 €		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Ministério da Administração Interna	72 500 €		72 500 €	0 €	0 €	5 000 €	0 €	30 452 €	33 766 €	3 283 €	72 500 €
Instituto Português da Juventude	40 000 €		40 000 €	0 €	0 €	0 €	0 €	20 000 €	20 000 €	0 €	40 000 €
Candidaturas											
Projetos em candidatura											
Projeto em candidatura - RAAML - CM Lisboa*			35 000 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	35 000 €	0 €	35 000 €
Ensaio D'elogios			30 372 €	0 €	0 €	0 €	0 €	30 372 €	0 €	0 €	30 372 €
Proinfância			11 808 €	0 €	0 €	0 €	0 €	11 808 €	0 €	0 €	11 808 €
Projetos em curso											
Luz Verde (Protocolo CM Lisboa)	85 665 €		248 564 €	0 €	0 €	0 €	0 €	161 566 €	86 997 €	0 €	248 564 €
RADAR (U.E - Rights, Equality and Citizenship)	36 555 €		20 561 €	0 €	0 €	0 €	0 €	20 561 €	0 €	0 €	20 561 €
Justice Youth (U.E)	66 362 €		30 545 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	30 545 €	0 €	30 545 €
EducaCONDado (Rede DLBC)	11 238 €		122 906 €	0 €	0 €	0 €	0 €	122 906 €	0 €	0 €	122 906 €
Projeto Calouste Gulbenkian (EEA Grants)	20 112 €		46 929 €	0 €	0 €	0 €	0 €	46 929 €	0 €	0 €	46 929 €
Cabo verde	2 616 €		1 744 €	0 €	0 €	0 €	0 €	1 744 €	0 €	0 €	1 744 €
Parent Project_Conscious Parent Academy	9 500 €		15 834 €	0 €	0 €	0 €	0 €	15 834 €	0 €	0 €	15 834 €
Outros											
Donativos e heranças	45 800 €		50 000 €	30 000 €	20 000 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	50 000 €
Consignação de IRS	26 901 €		25 000 €	25 000 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	25 000 €
Quotas	1 825 €		3 500 €	3 500 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	3 500 €
Formações	3 931 €		4 000 €	4 000 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	4 000 €
Merchandising			5 000 €	5 000 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	5 000 €
Ser Solidário	947 €		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Rendas recebidas			17 500 €	2 500 €	2 500 €	2 500 €	2 500 €	2 500 €	2 500 €	2 500 €	17 500 €
Total	1 578 693 €		1 961 908 €	78 000 €	84 580 €	104 505 €	13 711 €	1 195 315 €	460 939 €	24 857 €	1 961 908 €

* Projeto ainda não aprovado

9.3.2. Receitas não operacionais

Na tabela seguinte apresentam-se as restantes fontes de proveitos previstas para o ano 2022 em análise, as quais não têm por base acordo, protocolos ou candidaturas a apoios:

Rubricas	Valor 2021	Valor estimado para 2022
Donativos	45 800 €	50 000 €
Ser Solidario	947 €	0 €
Merchandising	0 €	5 000 €
Consignação de IRS	26 901 €	25 000 €
Formação	3 931 €	4 000 €
Quotas	1 825 €	3 500 €
Rendas	0 €	17 500 €
Total	79 404 €	105 000 €

O valor desta rubrica afigura-se de estimativa incerta pelo facto de os donativos (em numerário ou sob a forma de consignação de IRS) não ser um valor controlado pelo IAC. Os valores estimados tiveram por base o histórico de anos anteriores e as expectativas para o exercício de 2022.

9.4. PESSOAL

Importa referir que, para o exercício de 2022, perspetiva-se a contratação de um colaborador adicional a integrar no projeto “SOS Criança” reforçando a equipa para apoio ao consultório social.

No quadro seguinte segue o detalhe dos gastos com o pessoal por cada área a suportar no exercício de 2022.

Rubricas	Total em € 2022	Serviços Gerais	Áreas Transversais	Actividade Lúdica / Humanização	Polo Coimbra	Projeto Rua	S.O.S Criança	Serviço Jurídico
Remunerações	1 304 009	41 487	89 536	46 857	3 500	803 217	286 280	33 132
Subsídios de refeição	92 870	3 884	6 585	3 561	288	56 041	20 558	1 954
Indemnizações	8 515	0	1 020	0	0	7 032	463	0
Segurança social	290 158	9 252	19 967	10 449	780	178 893	63 429	7 388
Seguros	12 801	355	747	530	183	7 967	2 702	317
Outros gastos com pessoal	11 506	425	820	1 528	65	6 819	1 818	31
Total	1 719 860	55 403	118 675	62 925	4 816	1 059 969	375 251	42 822
Nº de colaboradores	66	2,75	4,38	3,6	0,2	39,82	13,8	1,55
Vencimento base Mensal P/ Colaborador	1 409	1 078	1 460	930	1 250	1 441	1 482	1 527

A rubrica “Outros gastos com pessoal” compreende uma estimativa dos custos com seguros para atividades realizadas, complementos de doença, encargos com fundo de compensação e outros.

Importa referir que cerca de 61% dos custos com o pessoal estão alocados ao Projecto Rua em linha, em percentagem, com as receitas para este setor.

9.5. CUSTOS DE FUNCIONAMENTO

Os custos de funcionamento da instituição previstos para 2022 seguem a tendência dos últimos anos os quais foram estimados na ótica da centralização de alguns dos serviços.

Destacam-se, essencialmente, a rubrica “Rendas e alugueres” a qual tem associado o renting relativo à aquisição dos equipamentos informáticos e a rubrica “Comunicação” que engloba toda a comunicação via telefone sobre contratos de famílias e crianças por forma a salvaguardar o contato físico perante a situação do COVID-19.

Na tabela seguinte encontram-se os custos de funcionamento expectáveis:

Rubricas	Total em €	Serviços Gerais	Áreas Transversais	Actividade Lúdica / Humanização	Polo Coimbra	Projeto Rua	S.O.S Criança	Serviço Jurídico
Serviços especializados								
Trabalhos Especializados	46 916 €	1 202 €	4 316 €	5 463 €	532 €	22 811 €	12 382 €	211 €
Vigilância e segurança	689 €	297 €	0 €	0 €	0 €	391 €	0 €	0 €
Honorários	17 146 €	9 063 €	4 834 €	0 €	0 €	564 €	0 €	2 685 €
Conservação e Reparação	21 796 €	811 €	198 €	899 €	0 €	19 544 €	336 €	9 €
Despesas Bancárias	2 458 €	1 523 €	123 €	114 €	16 €	453 €	172 €	57 €
Outros	4 001 €	376 €	0 €	0 €	0 €	1 625 €	2 000 €	0 €
Materiais								
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	709 €	105 €	0 €	0 €	100 €	454 €	50 €	0 €
Material de escritório	7 061 €	332 €	559 €	255 €	174 €	3 914 €	1 561 €	266 €
Artigos para oferta	671 €	671 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Material Didatico - Utentes	9 570 €	0 €	0 €	500 €	0 €	8 420 €	650 €	0 €
Outros	96 809 €	267 €	2 101 €	174 €	521 €	86 640 €	2 799 €	4 307 €
Energia e fluidos								
Electricidade	3 785 €	184 €	0 €	0 €	839 €	2 116 €	646 €	0 €
Combustíveis	1 231 €	107 €	0 €	0 €	0 €	1 124 €	0 €	0 €
Água	1 323 €	225 €	0 €	0 €	175 €	645 €	277 €	0 €
Outros	37 €	0 €	0 €	0 €	0 €	37 €	0 €	0 €
Deslocações, estadas e transportes								
Deslocações e estadas	9 398 €	100 €	2 494 €	325 €	290 €	5 882 €	200 €	107 €
Outros	868 €	196 €	100 €	0 €	40 €	31 €	500 €	0 €
Serviços diversos								
Rendas e Alugueres	74 623 €	4 400 €	6 617 €	6 317 €	8 269 €	37 899 €	6 775 €	4 347 €
Comunicação	33 546 €	3 255 €	2 246 €	2 439 €	1 994 €	16 147 €	6 949 €	514 €
Seguros	10 095 €	1 006 €	254 €	197 €	0 €	6 725 €	1 913 €	0 €
Limpeza, higiene e conforto	9 290 €	120 €	0 €	0 €	1 447 €	7 493 €	229 €	0 €
Outros serviços	9 928 €	75 €	110 €	195 €	85 €	7 899 €	1 564 €	0 €
Outros								
Correcções relativas a períodos anteriores	1 651 €	0 €	1 651 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Quotizações	1 188 €	0 €	0 €	269 €	0 €	13 €	906 €	0 €
Outros não especificados	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Subsídios, Donativos, Bolsas de Estudo	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Prestações Pecuniárias de Cuidados de Saúde	11 €	0 €	0 €	0 €	0 €	11 €	0 €	0 €
Juros de financiamentos obtidos								
Emprestimos bancários - CGD	3 711 €	3 700 €	0 €	0 €	0 €	11 €	0 €	0 €
Total	368 513 €	28 016 €	25 603 €	17 148 €	14 483 €	230 853 €	39 908 €	12 503 €

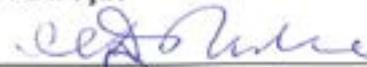
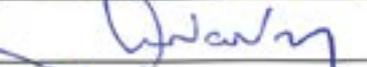
9.6. ORÇAMENTO RESUMO

Com base nos proveitos e custos apresentados nos capítulos anteriores, segue a síntese do mapa de orçamento para o ano de 2022 para cada uma das áreas relevantes:

Rubricas	Serviços Gerais	Áreas Transversais	Actividade Lúdica / Humanização	Polo Coimbra	Projeto Rua	S.O.S Criança	Serviço Jurídico	Total em €
Proveitos Operacionais								
Acordos	0 €	0 €	0 €	0 €	634 774 €	122 565 €	0 €	757 338 €
Protocolos	8 000 €	62 080 €	102 005 €	11 211 €	146 321 €	183 332 €	22 357 €	535 306 €
Candidaturas	0 €	0 €	0 €	0 €	411 720 €	152 542 €	0 €	564 263 €
Proveitos não operacionais								
Donativos e heranças	30 000 €	20 000 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	50 000 €
Outros	40 000 €	2 500 €	2 500 €	2 500 €	2 500 €	2 500 €	2 500 €	55 000 €
Sub-total	78 000 €	84 580 €	104 505 €	13 711 €	1 195 315 €	460 939 €	24 857 €	1 961 907 €
Custos de funcionamento	28 016 €	25 603 €	17 148 €	14 483 €	230 853 €	39 908 €	12 503 €	368 513 €
Custos com pessoal	55 403 €	118 675 €	62 925 €	4 816 €	1 059 969 €	375 251 €	42 822 €	1 719 860 €
Amortizações	0 €	0 €	2 438 €	2 438 €	7 313 €	4 875 €	2 438 €	19 500 €
Financiamentos a obter -	-	-	-	-	-	-	-	-145 966 €
Sub-total	83 419 €	144 278 €	82 510 €	21 737 €	1 298 134 €	420 034 €	57 763 €	1 961 907 €
Resultado	-5 419 €	-59 697 €	21 994 €	-8 025 €	-102 819 €	40 905 €	-32 906 €	0 €

Conclui-se que para o exercício de 2022 o IAC poderá apresentar um resultado negativo de 145.966€ que terá de ser ultrapassado com reforço das receitas, nomeadamente por novos projetos.

A Direção







O Conselho Fiscal




A Contabilidade



Lisboa, dezembro de 2021



10.

ATAS

10.1. ATAS

CONSELHO FISCAL

97

ATA n.º 60

Às seis horas do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, pelas quinze horas e quinze minutos, nos trabalhos do Instituto de Apoio à Criança, número vinte e um, outubro, reuniu o Conselho Fiscal da Instituição, estando presentes o presidente, José Fernando de Rodolfo e o vice-presidente, Alfredo Paulo do Santos.

O Conselho Fiscal começou por ouvir a apresentação do essencial do Plano de Atividades para o ano de dois mil e vinte e dois, feita pelo técnico-geral de Instituição Manuel José Afonso Mendes. Contudo e, logo de seguida, foi feita a apresentação, também no essencial, do Orçamento para dois mil e vinte e dois, feita pelo responsável pela Contabilidade, Miguel Mafonso Cabral.

Após esta audição, que o Conselho Fiscal foi comparado com o seu ponto de vista documental que foi para a reunião e que não, oportunamente, se presentes a Câmara Social, foi por parte do Conselho Fiscal constatado o seguinte:

- Quanto ao Plano de Atividades: No essencial o Plano representa uma continuidade do previsto e realizado em dois mil e vinte e um, não deixando, no entanto de ser ambicioso com o desenvolvimento de novos projetos, bem como o reforço do papel de Instituição no sentido de melhorar as condições de bem-estar e de saúde das crianças: de conceção, no âmbito da parental, dos direitos das crianças.

No respeitante ao Orçamento para dois mil e vinte e dois o Conselho Fiscal verificou o seguinte: em primeiro lugar, na sua conformidade com o estabelecido nas regras para a sua elaboração; em segundo lugar, em matéria de provistos há um aumento com algum significado, mas não muito elevado das contingências que um Orçamento, como instrumento provisional e naturalmente variável; em terceiro lugar, em matéria de custos, há um aumento com algum significado, tal como o previsto com os provistos; em quarto lugar, em matéria de resultados esperados, a Instituição tem em vista, com alguma certeza, os seus recursos para aumentar ou, de, diminuir, o valor dos resultados do documento.

98

Após esta reunião, o Conselho Fiscal:

- dá o seu Parecer favorável aos dois documentos apresentados -
Relatório de Plano de Ação e de Orçamento para o ano de 2022
e dois:

- faz votos para que a Instituição, no próximo ano, os objectivos
plurilaterais, seja a sua actividade plenamente realizada.

- propõe um voto de louvor à Direcção e a todos quantos que come-
m colaboraram na elaboração dos dois documentos apresentados.

E vota mais havendo de tratar por encerrado a sessão
quando não estorpe horas e quinze minutos, dele se lavrando
o presente ata que vai assinada pelos membros do Conselho
Fiscal presentes na reunião.

José Joaquim Rodrigues de Paula
Presidente do Conselho Fiscal

10.2. ATAS

ASSEMBLEIA GERAL

Empresa : Instituto de Apoio à Criança
 Sede : Largo da Memória, Nº14 - 1349-045 LISBOA
 No Cont.: 501 377 662
 Matr.Cons.Reg.Comercial de : Lisboa

35

PP

ACTAS

ATA Nº88

Aos quinze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, realizou-se na sede do Instituto de Apoio à Criança (IAC), na Avenida da República, número vinte e um, em Lisboa, a Assembleia-Geral Ordinária de Associados, a qual foi devidamente convocada pelo Presidente da Mesa da Assembleia-Geral, através da circular número trinta e oito, de oito de novembro de dois mil e vinte e um, enviada a todos os associados por via postal, nos termos do disposto no artigo cento e setenta e quatro barra um do Código Civil.

Não tendo havido quórum à hora marcada, dezasseis horas, a Assembleia Geral iniciou-se às dezassete horas, com a presença de vinte e dois associados.

A Assembleia Geral foi presidida pelo Senhor Presidente da Mesa, associado nº 661, Dr. Pedro Perdigão, pela Vice-Presidente, associada nº393, Dra. Maria Clara Castilho, e pela Secretária, a associada nº767, Drª Fernanda Salvaterra.

Procedeu à leitura das Atas Nº 86 realizada a vinte e nove de março de dois mil e vinte e um, e a Nº87, realizada a trinta e um do mês de maio de dois mil e vinte e um, que foram aprovadas pelos associados presentes que igualmente tinham estado presentes nas referidas Assembleias. Passou-se à leitura da convocatória da reunião com a seguinte ordem de trabalhos:

- Apreciação e aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2022;
- Discussão e aprovação das alterações dos Estatutos do Instituto de Apoio à Criança, de acordo com o regime jurídico consagrado no Decreto-Lei nº 172/1/2014, de 14 de novembro de 2014, e conforme solicitado no ofício da Direção-Geral da Segurança Social, com a Refª S-DGSS/9486/2021;
- Outros assuntos.

Foi dada a palavra à Direção, tendo tomado a palavra a Senhora Presidente, Drª. Dulce Rocha que agradeceu a presença do Presidente da Assembleia Geral, assim como a de todos os outros presentes. Realçou que o Plano de Atividades agora presente era mais uma vez de grande exigência, um Plano ambicioso que dá continuidade a projetos já existentes, mas sempre inovadores, notando-se a motivação sempre inspiradora das equipas do Instituto. Um Plano pelo qual todos devemos ter orgulho. Manifestou o seu agrado pelo espírito de inconformismo, querendo sempre levar mais longe a causa dos direitos da criança.

O Senhor Secretário-Geral, Dr. Manuel Coutinho, manifestou a opinião de que este Plano vai ao encontro das dificuldades das crianças que vivem em Portugal. O IAC faz tudo da melhor maneira que sabe, apesar de todas as dificuldades (a pandemia, a clássica falta de financiamentos...) e os seus técnicos em momento algum viraram as costas às dificuldades, tentando garantir os direitos da criança em todas as suas vertentes. Uma vez essa defesa é na prevenção, mas outros é mesmo uma intervenção direta na vida daqueles que entraram em caminhos de vida mais difíceis, precisamente porque essa prevenção falhou. Poderemos dizer que o nosso "lucro" é melhorar o bem-estar das crianças. Poderemos parecer ambiciosos, mas antes disso do que ser repetitivo. Para que possamos realizar, como dizia o Doutor João dos Santos, "o caminho da utopia".

Empresa : Instituto de Apoio à Criança
Sede : Largo da Memória, N°14 - 1349-045 LISBOA
No Cont.: 501 377 662
Matr.Cons.Reg.Comercial de : Lisboa

PP

36

ACTAS

O Senhor Vogal da Direção, Dr. Vasco Alves salientou o grande cuidado posto na elaboração deste Plano porque ele é o nosso rosto, a apresentação do que nos propomos fazer, e para a partir do qual mostramos como aplicamos os dinheiros públicos, mas não só. Considerou que dado que o Instituto se entende como um auditor das políticas públicas, estamos também atuando no palco político. E é preciso que esta atividade seja reconhecida e seja também financiada. O facto é que levamos à Assembleia da República e a Ministérios, pareceres sobre determinadas áreas de intervenção. A própria comunicação social nos solicita como “auditores” em assuntos relacionados com os direitos das crianças.

A Senhora Tesoureira, Drª Matilde Sirgado, manifestou-se de acordo com todas as intervenções anteriores. Louvou todas as equipas que ajudaram a encontrar formas alternativas de financiamento, recriando-se. Lamentou o facto de o Protocolo Interministerial ainda não ter sido renovado, este facto, faz com que as receitas obtidas pelo IAC não sejam, no seu conjunto, suficientes, uma vez que os protocolos e acordos existentes, não fazem face a todas as despesas que a Entidade realiza no seu dia.

Assim, informou que, o exercício de 2022 do IAC está exposto um resultado provavelmente negativo, o qual terá de ser ultrapassado com reforço das receitas. Neste sentido, congratulou-se com o empenho de toda a Entidade na angariação de fundos complementares através da captação de novos doadores e financiamentos provenientes de candidaturas a programas e projetos a nível nacional e internacional, tais como:

Projeto - RAAML - CM Lisboa; Programa Proinfância – BPI - Fundação “la Caixa”; Projeto + Dança para Crescer -- Eixo 3 do Programa Cidadãos Ativ@s- EEA Grants, Fundação Calouste Gulbenkian, em consórcio com a Fundação Bissaya Barreto; Projeto Educa (CON) dado - Financiado pelo FSE ao abrigo dos Concursos Projetos Inovadores e/ou Experimentais na Área Social; Programa Escola de Segunda Oportunidade Educar e Formar para Inserir – Lisboa – Protocolo CM Lisboa; Projeto IAC - Investir, Atualizar, Capacitar - Eixo 4 do Programa Cidadãos Ativ@s, Fundação Calouste Gulbenkian, em consórcio com a Fundação Bissaya Barreto; Projeto RADAR- Comissão Europeia DG Justice and Consumers; Projeto Justice Youthopia - Comissão Europeia; Projeto Conscious Parent Academy – Replacement parent urgently needed! - Erasmus+ Project.

A Drª Dulce Rocha manifestou a confiança na continuação do apoio da Câmara Municipal de Lisboa, agora com novo executivo, informando que já se efetuaram duas reuniões com a Drª Laurinda Alves que detém o Pelouro dos Direitos Humanos e Sociais.

O Senhor Vice-Presidente da Direção, Dr. Luís Vaz das Neves agradeceu a todos os colaboradores do IAC que têm possibilitado a concretização do que a Direção programa.

A associada Ana Carichas manifestou o seu orgulho em ser associada e funcionária desta instituição. É um orgulho ver a evolução que o IAC tem tido. A mudança para este novo edifício, possibilitando a junção de todos os técnicos e a nova organização com as áreas transversais, foram mais valias. Este Plano apresentado é muito bom, espelhando o que se deseja fazer.

Empresa : Instituto de Apoio à Criança
 Sede : Largo da Memória, N°14 - 1349-045 LISBOA
 No Cont.: 501 377 662
 Matr.Cons.Reg.Comercial de : Lisboa

37

ACTAS

A associada Luísa Moniz, que ofereceu ao IAC o seu livro “Menino como eu”, que divulga o Serviço SOS-Criança, referiu que continua a deslocar-se a escolas com este propósito, gerando para as crianças oportunidades de pedirem auxílio para os seus problemas.

A associada Ana Lourenço congratulou-se com o facto de o Instituto ser o primeiro a ser chamado na retoma a alguma normalidade pós-covid.

Ao passar-se para a apresentação do Orçamento para o ano dois mil e vinte e dois, o Dr. Miguel Palma informou que a metodologia seguida neste Orçamento tinha sido idêntica ao dos anos anteriores, com estimativa ajustada com as perspetivas de novos projetos e havendo necessidade de comprometimento de se realizarem mais atividades no ano de 2022. Frisou que o IAC está a conseguir outras formas de se sustentar. Tendo havido, no ano anterior, necessidade de se terem pedido empréstimos bancários, devido ao facto de o Estado não ter efetuado transferências na altura prevista, estes serão pagos no ano a entrar, frisando que existem algumas poupanças que permitirão fazer face.

Referiu o facto de a partir do ano de 2022, se ter de pagar à Câmara Municipal de Lisboa uma renda no valor de 4.000€. Mas, por outro lado, terá o direito de receber da Pastelaria Versailles uma renda no valor de 5.000€. Isto resulta de nos termos da escritura pública outorgada em 12 de outubro de 2016, a renda ser de 2.500€ pelo período de cinco anos, subindo para 4.000€ quando, na qualidade de senhorio, passar a receber da Versailles, na qualidade de arrendatária, o pagamento da renda no valor de 5.000€.

O Senhor Vogal da Direção, Dr. Vasco Alves referiu que as despesas com pessoal, em percentagem, ser menor, apesar dos ajustes nas carreiras dos técnicos.

O Presidente da Mesa submeteu, de seguida, em conjunto à votação o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de dois mil e vinte e dois, tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade.

Relativamente ao ponto de Discussão e aprovação das alterações dos Estatutos do Instituto de Apoio à Criança, de acordo com o regime jurídico consagrado no Decreto-Lei nº 172/1/2014, de 14 de novembro de 2014, e conforme solicitado no ofício da Direção-Geral da Segurança Social, com a Refª S-DGSS/9486/2021, os associados debruçaram-se sobre o documento disponibilizado a todos os presentes.

O documento em apreço consubstanciava uma proposta de alteração e adequação dos Estatutos do IAC de acordo com o estabelecido no estatuto das IPSS e sugeridas pela Direção-Geral da Segurança Social, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Mas para além disso, outras alterações foram apresentadas.

No ponto 3, do artigo 17º era apresentada o seguinte texto: “o exercício dos órgãos sociais é gratuito, mas os membros da Direção, quando exerçam os seus cargos em regime de tempo inteiro, terão direito a uma remuneração de montante a fixar pela Assembleia Geral”.

Este aspecto foi sujeito a debate, tendo o vocábulo “terão”, suscitado algumas reservas .

Empresa : Instituto de Apoio à Criança
Sede : Largo da Memória, Nº14 - 1349-045 LISBOA
No Cont.: 501 377 662
Matr.Cons.Reg.Comercial de : Lisboa

38

ACTAS

Com efeito, foi argumentado que este era um assunto passível de gerar controvérsias, pelo que ficou ajustado, de um modo consensual, ficar antes, “poderão ter direito a uma remuneração de montante a fixar pela Assembleia Geral”.

Assim, no documento inicial supra aludido de proposta de alteração dos Estatutos do IAC, nele foi corrigido o ponto 3 do Artigo 17.

- o ponto 3 do Artigo 17º foi, por conseguinte, alterado da seguinte forma: “O exercício dos órgãos sociais é gratuito, mas os membros da Direção, quando exerçam os seus cargos em regime de tempo inteiro, poderão ter direito a uma remuneração de montante a fixar pela Assembleia Geral”.

No ponto 1 do artigo 21º, Composição da Direção, era apresentada uma proposta da Direção de esta ver aumentado o número de vogais para três, na próxima eleição de Corpos Sociais.

Na prática, pretendia a Direção do Instituto de Apoio à Criança que os membros da Direção passassem dos actuais cinco membros para sete membros.

Sobre este aspecto pronunciaram-se a Senhora Procuradora Dulce Rocha, a Senhora Dra Matilde Sirgado, e o Senhor Dr Manuel Coutinho, sendo que os três fazem parte da actual Direção do Instituto.

Por estes foi argumentado, em síntese, que a Direção do IAC implicava uma grande responsabilidade e disponibilidade de tempo, que existiam membros que acumulavam as funções de direcção com a chefia de departamentos internos, e que, no seu entender, os actuais membros não eram suficientes para representar a instituição em todas as situações para que a Direção era solicitada .

Seguiu-se um amplo debate sobre este ponto.

O Senhor Presidente da Assembleia Geral, Senhor Dr Pedro Paulo de Azeredo Perdigão, alegou, em síntese, que, cinco membros eram mais do que suficientes para levar a bom porto a tarefa de orientar os destinos do IAC.

Adiantou que outras instituições de índole não lucrativa, quer do tipo associativo, quer do tipo fundacional, não teriam sete membros no seu órgão executivo. Que esse aumento do número de membros da Direção poderia inclusive ser mal interpretado, alertando para o facto de o IAC ser uma associação que é apoiada por dinheiros públicos, e que, dado a existência pretérita de algumas controvérsias publicas ocorridas com associações congéneres, mormente no que tange à forma como as mesmas eram dirigidas, haveria que salvaguardar ao máximo a imagem do Instituto .

Acrescentou também que, face às solicitações que são regularmente feitas aos membros da Direção do IAC, esta pode sempre fazer-se representar por pessoas dos seus quadros que não façam parte da Direção, o que até seria vantajoso, visto o Instituto ter pessoas muito válidas e capazes, que se encontram habilitadas para levar a cabo essa função.

Empresa : Instituto de Apoio à Criança
 Sede : Largo da Memória, Nº14 - 1349-045 LISBOA
 No Cont.: 501 377 662
 Matr.Cons.Reg.Comercial de : Lisboa

39

ACTAS

De seguida alguns associados pronunciaram-se igualmente no sentido de não se justificar o aumento do número de membros da Direção de cinco para sete, enfatizando, sobretudo, a hipótese de delegação por parte da Direção em técnicos com perfil para os assuntos a tratar.

Assim, no documento inicial acima referido de proposta de alteração dos Estatutos do IAC, nele foi corrigido o ponto 1 do Artigo 21.

- o ponto 1 do Artigo 21º foi, por conseguinte, alterado da seguinte forma: "A Direção é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário-Geral, um Tesoureiro e um Vogal".

O Presidente da Mesa submeteu, de seguida, à votação estes Estatutos que foram aprovados por unanimidade.

Cumprindo os requisitos legais e não havendo nada mais a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão pelas dezanove horas.

O Presidente da Mesa
 Associado nº 661

R. L. B. Biscaia de Aguiar Veloso

A Vice-Presidente da Mesa
 Associada nº 393

Maria Clara Cabral Costeira

A Secretária da Mesa
 Associada nº 767

R. de Brito

GLOSSÁRIO

- ACAPO – Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal
- ACEP – Associação Cultural e Educação Popular
- ACES – Agrupamento de Centros de Saúde
- ACT – Autoridade para as Condições do Trabalho
- Amplos – Associação de Mães e Pais pela Liberdade de Orientação Sexual
- APCC – Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra
- APCD – Associação Portuguesa Crianças Desaparecidas
- APEI – Associação Portuguesa dos Educadores de Infância
- ARS – Administração Regional de Saúde
- CCH – Carta da Criança Hospitalizada
- CE – Comissão Europeia
- CF – Conhecimento e Formação
- CFAE – Centros de Formação da Associação de Escolas
- CFCascais – Centro de Formação de Cascais
- CHI – Child Helpline International
- CIS – Centro Internet Segura
- CM – Câmara Municipal
- CML – Câmara Municipal de Lisboa
- CNI – Cooperação Nacional e Internacional
- CNPDPJ – Comissão Nacional da Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens
- CNSMCA – Comissão Nacional da Saúde Materna, da Criança e do Adolescente
- CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
- CPJ – Centro Protocolar da Justiça
- CSF – Comissão Social de Freguesia
- CSF SAO – Comissão Social de Freguesia de Santo António dos Olivais
- CSF UFC – Comissão Social de Freguesia da União de Freguesias de Coimbra
- DGEST – Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares
- DGRSP – Direção Geral da Reinserção e dos Serviços Prisionais
- DGS – Direção-Geral de Saúde
- DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitária
- EACH – European Association for Children in Hospital

EAPN – European Anti Poverty Network (Rede Europeia Anti-Pobreza)
EB – Escola Básica
ESAN – European Social Action Network (Rede Europeia de Ação Social)
ETL – European Toy Libraries (Grupo Europeu de Ludotecas)
FCGulbenkian – Fundação Calouste Gulbenkian
FDCJ – Fórum sobre os Direitos das Crianças e Jovens
FNAS – Fórum Nacional de Álcool e Saúde
GAAF – Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família
GNR – Guarda Nacional Republicana
HFF – Hospital Fernando Fonseca
HPH-CA – Health Promoting Hospitals – Children and Adolescents
HSAC – Humanização dos Serviços de Atendimento à Criança
IAC – Instituto de Apoio à Criança
ICCA – Instituto Cabo-verdiano da Criança e Adolescente
ICMEC – International Centre for Missing & Exploited Children
IPA – International Play Association (Associação Internacional do Brincar)
IPDJ – Instituto Português do Desporto e Juventude
ISPA – Instituto Superior de Psicologia Aplicada
ISS, I.P. – Instituto de Segurança Social, Instituto Público
ITLA – International Toy Library Association (Associação Internacional de Ludotecas)
JF – Juntas de Freguesia
MAI – Ministério da Administração Interna
MCE – Missing Children Europe
ONG – Organização Não-Governamental
OPP – Ordem dos Psicólogos Portugueses
PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PJ – Polícia Judiciária
PSP – Polícia de Segurança Pública
RAAML – Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Lisboa
RAPVT – Rede de Apoio e Proteção às Vítimas de Tráfico
RCJ – Rede Construir Juntos
Rede Social CMC – Rede Social da Câmara Municipal de Coimbra
RJCJ – Rede Juvenil Construir Juntos
RRC APV TSH – Rede Regional do Centro de Apoio e Proteção às Vítimas do Tráfico de Seres Humanos
SCMLx – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
TFM – Tribunal de Família e Menores

Sede: Avenida da República, n.º 21
1050 - 185 LISBOA
Tel: 213 617 880
iac-sede@iacrianca.pt

www.iacrianca.pt

Facebook: Instituto de Apoio à Criança

Instagram: [iacinstitutodeapoioacrianca](https://www.instagram.com/iacinstitutodeapoioacrianca)

<https://criancasatortoeadireitos.wordpress.com/>

Twitter: <https://twitter.com/criancadireitos>

